



Número: **0838632-55.2018.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **8ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **16/07/2018**

Valor da causa: **R\$ 5.062,50**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
BENICIO AMARO DA SILVA (AUTOR)		CLARA PEREIRA GERONIMO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
15378722	16/07/2018 18:28	Petição Inicial	Petição Inicial
15378783	16/07/2018 18:28	Peticao Inicial	Outros Documentos
15378793	16/07/2018 18:28	BO	Outros Documentos
15378836	16/07/2018 18:28	Comprovante de Residencia	Outros Documentos
15378852	16/07/2018 18:28	DUT	Outros Documentos
15378869	16/07/2018 18:28	Habilitacao	Documento de Identificação
15378884	16/07/2018 18:28	Procuracao	Procuração
15378890	16/07/2018 18:28	Prontuario Medico	Outros Documentos
15378894	16/07/2018 18:28	SAMU	Outros Documentos
15378929	16/07/2018 18:28	Sinistro	Outros Documentos
15725243	03/08/2018 09:22	Certidão	Certidão
16170448	27/08/2018 18:14	Despacho	Despacho
16299843	30/08/2018 16:28	Petição	Petição
16300178	30/08/2018 16:28	Peticao Inicial	Outros Documentos
16300203	30/08/2018 16:28	B.O	Outros Documentos
16300222	30/08/2018 16:28	Comprovante de Residencia	Outros Documentos
16300240	30/08/2018 16:28	DUT	Outros Documentos
16300266	30/08/2018 16:28	Habilitacao	Documento de Identificação
16300285	30/08/2018 16:28	Procuracao	Procuração

16300 305	30/08/2018 16:28	Prontuario-Medico-1-6	Outros Documentos
16300 319	30/08/2018 16:28	Prontuario-Medico-7-12	Outros Documentos
16300 337	30/08/2018 16:28	Prontuario-Medico-13-19	Outros Documentos
16300 354	30/08/2018 16:28	Sinistro	Outros Documentos
20390 319	08/04/2019 17:26	Despacho	Despacho
26903 639	09/12/2019 17:26	Certidão	Certidão
26904 037	09/12/2019 17:34	Expediente	Expediente

Peticao



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ____ª VARA CÍVEL REGIONAL
MANGABEIRA DA COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB**

RESOLUÇÃO 03/2013 DO TJ/PB – PERICÍIA JUDICIAL PELA SEGURADORA

JOSE ANTONIO PEREIRA, brasileiro, casado, autônomo, CPF 887.544.646-68 e RG n. 5809447 SSP-MG, residente e domiciliado na Rua Assis Ferreira de Lima, nº 214, Apt 104, Gramame, João Pessoa/PB, Cep: 58.067-314, email: diegobarrosso@hotmail.com, vem, por meio de seus procuradores que esta subscrevem, à presença de Vossa Excelência, propor

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

Em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, Bairro Centro, CEP 20031-205, Rio de Janeiro/RJ, pelos motivos e fatos a seguir expostos:

I – PRELIMINARMENTE

De início, Nobre Julgador, vem o presente demandante informar que é pobre na forma da lei e não tem como arcar com as despesas/custas processuais sem prejuízo de seu sustento e de sua família, tudo conforme declaração de hipossuficiência em anexo.

Assim sendo, diante da situação, vem requerer a concessão da Justiça Gratuita para todos os efeitos, nos conformes da Lei nº 1.060/50 e seus artigos.

II – DOS FATOS

O demandante sofreu um acidente na data de 24/09/2017 e decorrente deste sofreu algumas sequelas de caráter permanente como limitação e deformidade em antebraço e mão esquerda, mais joelho esquerdo, conforme prontuário médico em anexo.

Até o presente momento, Nobre Julgador, o autor sente dificuldades e, em decorrência do acidente sempre precisa de ajuda de familiares para o seu sustento familiar.



O Promovente deu entrada no pedido de liberação do seguro DPVAT administrativamente para INVALIDEZ sobre sinistro n. **3180227484**, sendo o mesmo negado sem no mínimo ter passado pela perícia médica da seguradora.

No mais, Excelência, o autor tem passado grandes dificuldades para conseguir alcançar seu pleito securitário, assim sendo, procura o manto protetor do Judiciário para ter seu pleito abraçado de forma correta e justa, já que administrativamente não conseguiu pleitear o seu direito.

III – DO DIREITO

III.1 – Da Inconstitucionalidade Formal e Material da Lei 11.945/09

Vale deixar clara a inconstitucionalidade das referidas leis tendo em vista os vícios formais e materiais que existe na referida norma esculpida com intuitos de mitigar direitos dos segurados.

Ocorre, porém, que a tal Lei de 2009, padece, antes de mais nada, de **inconstitucionalidade por vício formal**, em vista da inobservância do devido processo legislativo, seja por violar os requisitos do art. 62 da CF, seja por não se ater ao disposto no art. 7º, II, LC nº 95/98, c/c art. 59, parágrafo único, CF, este último ponto delineado a seguir (destaques no original):

[...] a mencionada lei ordinária [Lei 11.945/09] não observou o preceito estampado no **art. 7º, II, da LC nº 95/98**, cuja redação transcreve-se: "**art. 7º:** O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios: (...) *omissis*; II – a lei **não conterá matéria estranha** a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência, ou conexão; (...)".

Desse modo, sabe-se que a **MP nº 451/08** surgiu com a **intenção de tratar temáticas afetas à ordem tributária**, direta ou indiretamente, e não em regular matéria de ordem estritamente civil, mostrando, clarividente, pois, que o legislador conseguiu articular a inserção de um texto totalmente divergente do que trata a novel lei, que afinal, é **exclusivamente tributária** e em nada relaciona com a regulamentação do pagamento do seguro obrigatório, que, inclusive, dispõe de lei própria (nº 6.194/74).

Contudo, **não se verifica**, portanto, **a ocorrência de qualquer afinidade, pertinência ou conexão da matéria** constante no art. 31, que regulamenta o pagamento da indenização do seguro obrigatório, com o restante da Lei nº 11.945/09, que, além da nítida distinção temática, tem finalidades totalmente distintas.



Destarte, não sobejam dúvidas de que a nova Lei feriu de morte o **art. 59, parágrafo único da Constituição Federal**, ao maltratar o art. 7º, inciso II, da LC nº 95/98, mostrando **flagrante a inconstitucionalidade** formal do **art. 8º da Lei nº 11.482/2007, originária da Medida Provisória nº 340/2006**, bem como dos **arts. 20 e 21 da Medida Provisória 451/2008 [atuais arts. 31 e 32 da Lei nº 11.945/2009]**, uma vez que desrespeitou a norma expressa da Constituição, que, ao fim, materializa o **princípio do devido processo legislativo**, restando maculado pelo vício de afronta constitucional, restando como única panacéia, a invalidade da corporificação formal do ato mediante **a declaração de inconstitucionalidade**.

Criticando a citada lei pelo seu **pendor antidemocrático**, o autor da ADI fala em **"MP SURPRESA"**, "onde num determinado instrumento normativo que versa sobre tema 'A' e no meio, à surdina, há a dissertação sobre tema 'Z', temos agora a dilaceração de direitos individuais, como o direito a uma justa indenização do seguro DPVAT, que tem caráter suplementar a política do Estado de saúde pública e inclusão social". Complementa:

[...] tanto a Medida Provisória de nº 340/2008 convertida no artigo 8º da Lei 11.482/2007, quanto a MP de nº 451/2008 convertida na Lei 11.495/09 em seus artigos 20 e 21, foram editadas usando do mesmo expediente sorrateiro, em meio as festividades de fim de ano, e sempre inseridas no fim de Medidas Provisórias que tratam de assuntos diversos ao DPVAT.

Advertindo que o fato da MP de nº 451, em seus artigos 19, 20 e 21 entrar em vigor na data de sua publicação, tendo, portanto, vigência imediata em 16/12/2008, completando os 60 (sessenta) dias em 16/02/2009, no momento em que o Parlamento retorna do recesso de fim de ano e nas vésperas do carnaval, com o nítido objetivo de surpreendê-los, impossibilitando-os de analisar à contento a matéria em pauta, levando em consideração, ainda, que o teor principal da Medida Provisória é diverso do que ora é atacado, beneficia, relativamente, os contribuintes de imposto de renda, na implementação de novas alíquotas.

De antemão também, fala-se em **inconstitucionalidade material da Lei nº 11.945/09**, violando vários princípios constitucionais, dentre eles a da vedação ao retrocesso social, da igualdade material e da dignidade humana. Isso porque:

[...] é deveras difícil mensurar pecuniariamente a incapacidade permanente de um ser humano, assim como é também difícil esse tipo de mensura da própria vida. Assim, amparado pelo espírito constitucional de construir uma República erradicando suas desigualdades sociais, faz-se necessário que a indenização do Seguro Obrigatório **garanta patamares mínimos de dignidade**, respeitando a pessoa humana, e assim, dando condições de que supere as dificuldades da deficiência / invalidez física, visto que a integridade psicofísica é requisito basilar do **princípio da dignidade da pessoa humana**. Os arts. 20 e 21 da MP 451 criam uma **aberração jurídica** ao estipular a TABELA DE PROPORCIONALIDADE, avaliando a lesão de



acordo com o GRAU de sua incapacidade, refutando o entendimento dos Egrégios Tribunais, beneficiando o bilionário setor financeiro-securitário. A perda incompleta da mobilidade de um ombro equivale agora a **25%** da indenização total; a perda anatômica ou completa de um pé vale **50%** e a perda da visão completa dos dois olhos vale **100%** da indenização. Agora, pergunta-se: quanto vale um pé para um carteiro, que precisa do dinheiro do seguro DPVAT para, por exemplo, conseguir colocar uma prótese no local? Quais os critérios do Governo para dizer que um pé vale menos que uma mão? Nesse sentido, antes do advento desta medida elitista que só agrada os poderosos grupos econômicos do setor financeiro e securitário, o i. Desembargador Walter Carlos Lemes, assim citou em seu voto como relator da Apelação Cível 78.138-7/188, da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás:

"(...) Quanto ao terceiro argumento, qual seja, o de que a invalidez foi 'parcial' porque o apelado teve amputado **'apenas' o pé direito**, entendo o seguinte: A prevalecer o raciocínio da seguradora, nunca, mas nunca mesmo, haverá pagamento do seguro por invalidez total, **porque o segurado, ou perde 'apenas' um pé, ou uma perna, ou os dois braços ou a cabeça etc.** Isto é, à maneira de um 'esquartejador', a seguradora divide as partes do corpo do segurado para entender, sempre, que toda invalidez é parcial. Não se pode concordar com semelhante suposição, pois, a ser assim, a invalidez total seria apenas a perda total do corpo, ou seja, a morte. E aí seria difícil pagar ao segurado, já que no além os endereços são de difícil localização. (...)"

Com base nesses fundamentos, as decisões judiciais pacíficas no âmbito da Turmas Recursais Pátrias estão no sentido de se reconhecer a inconstitucionalidade formal e material do art. 8º da Lei nº 11.482/07 (antiga MP 340/06 – ver parte 1 deste artigo) e também do art. 31 (e art. 32, consequentemente) da Lei nº 11.945/2009 (antiga MP 451/08, arts. 20 e 21), aplicando-se o artigo 3º (original) da Lei nº 6.194/74.

Cite-se, por todos: **TURMA RECURSAL DE SERGIPE, Recurso Inominado**, PROCESSO 201101000827, DJE 26/10/2011 (ementa abaixo); **Recurso Inominado**, PROCESSO 201101000847, DJE 26/10/2011; **Recurso Inominado**, PROCESSO 201100900790, DJE 31/08/2011; **Recurso Inominado**, PROCESSO 201000800595, DJE 01/09/2010; processo de nº 201045201837, 8º Juizado Especial Cível de Aracaju/SE, julgado em 27/10/2010; processo nº 201045201674, 8º Juizado Especial Cível de Aracaju/SE, publicado em 27/10/2010.

CONSTITUCIONAL, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO DE COMPLEMENTAÇÃO. PROVA DO EVENTO DANOSO E DO DANO PROPRIAMENTE DITO. COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO REALIZADO EM 18/11/2010, NO MONTANTE CORRESPONDENTE A R\$ 2.362,50 (DOIS MIL TREZENTOS E SESENTA E DOIS E CINQUENTA CENTAVOS). EVENTO DANOSO OCORRIDO SOB A ÉGIDE



DA LEI 11.945/2009 (09/05/2010). PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DOS JUÍZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. INOCORRÊNCIA. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO QUE DISPENSA A PERÍCIA POSTERIOR. **INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL DO ARTIGO 31, DA LEI 11.945/2009. PREVISÃO DE PAGAMENTO INDENIZATÓRIO DE ATÉ R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS) EM CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. LEI ORIUNDA DE MEDIDA PROVISÓRIA. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA UTILIZAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA. ART. 62, DA CF. REDUÇÃO DO PATAMAR DE 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS PARA O VALOR FIXO DE R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS) QUE É PREJUDICIAL E AFETA O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. VALIDADE DAS REGRAS ORIGINAIS CONTIDAS NO ART. 3º DA LEI 6.194/74. INDENIZAÇÃO DEVIDA NO SEU GRAU MÁXIMO, OU SEJA, 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS VIGENTES À ÉPOCA DA LIQUIDAÇÃO DO SINISTRO. OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DO *TANTUM DEVOLLUTUM QUANTUM APELLATUM*. INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A DATA PAGAMENTO ADMINISTRATIVO A MENOR. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TURMA RECURSAL DE SERGIPE, Recurso Inominado, PROCESSO 201101000827, DJE 26/10/2011)**

Assim, com a evolução do entendimento jurisprudencial, considerando inconstitucionais ambas as leis modificativas (Lei nº 11.482/07 e também a Lei nº 11.945/2009) da norma referente ao seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), seja por vício formal ou material, volta a ter aplicação o artigo 3º original da Lei nº 6.194/74, onde não há qualquer menção a graus de indenização.

Assim sendo devido é a condenação em 40 (quarenta salários mínimos atuais com correção do evento danos e juros da citação.

III.3 - Da Comprovação do Nexo de Causalidade Entre o Dano e o Sinistro – Não Cabimento de Graduação da Lesão

Nobre Julgador resta claro através dos documentos acostados a inicial que a autora sofreu um sinistro e deste teve sequela permanente.

Sem maiores prolongamentos faz jus o autor ao valor de 40 salários mínimos, conforme legislação aplicável a espécie, sendo assim, deve a mesma ser indenizada no patamar máximo.



Apelação. Ação de cobrança de diferença de seguro obrigatório DPVAT. Legitimidade passiva de todas as seguradoras do convênio DPVAT. Indenização correspondente a 40 salários mínimos. Correta a fixação nesse parâmetro, que tem critério legal específico. Entendimento consolidado na jurisprudência. Inteligência da Lei nº 6.194/74. RECURSO IMPROVIDO.DPVATDPVAT6.194

(9263169432008826 SP 9263169-43.2008.8.26.0000, Relator: Francisco Orlando, Data de Julgamento: 29/02/2012, 26ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 05/03/2012)

Neste sentido unânime é o entendimento esposado pelos Pretórios Pátrios, inclusive pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça):

“CIVIL – ATROPELAMENTO – DEBILIDADE PERMANENTE – SEGURO DPVAT – INDENIZAÇÃO. 01 – PARA FUNDAMENTAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, RESTANDO ATESTADO QUE O ATROPELADO ADQUIRIU INCAPACIDADE PERMANENTE NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO EM DECORRÊNCIA DO SINISTRO PROVOCADO POR VEÍCULO IDENTIFICA DO, NÃO HÁ QUE SE VERIFICAR O GRAU DA DEBILIDADE E NEM SE EXIGE A APRESENTAÇÃO DO DUT E DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO DO BILHETE DO SEGURO DPVAT DO PERÍODO EM QUE OCORREU O ACIDENTE, SENDO NECESSÁRIO, TÃO SOMENTE, A PROVA DO ACIDENTE E DO DANO DELE DECORRENTE. 2 – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. (20030110081655ACJ DF – Acórdão: 195640 – Julgamento: 22/06/2004 – 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F. – Rel. Leila Cristina Garbin Arlanch).

A invalidez é justamente o fato gerador do seguro, assim sendo, comprovando o autor através dos documentos acostados que a mesmo sofreu lesão e estas lesões foram ocasionadas pelo sinistro, então, devido é a verba pleiteada no seu teto máximo.

III.3 – Da Desnecessidade de Perícia – Em Caso de Necessidade Que Seja Deferida de acordo com a Resolução 03/2013 do Tribunal de Justiça da Paraíba

Ilustre Magistrado, conforme prontuários médicos acostados o demandante esta com membro sequelado, assim sendo, não há necessidade de perícia médica para atestar o que já foi consolidado pelo prontuário médico.



No mais, caso entenda necessária alguma perícia que esta seja feita **LIMINARMENTE** por **perito judicial** tendo em vista a resolução 03/2013 do Tribunal de Justiça da Paraíba.

IV – DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Diante do exposto, vem o autor requerer a PROCEDÊNCIA da presente demanda:

- a) Que não seja designado audiência prévia de conciliação ou mediação, nos termos do art. 319 VII, do CPC/2015;
- b) Que seja a Ré devida mente citada por AR, para, querendo, contestar a presente ação no prazo estipulado para o Rito Sumário;
- c) Que seja concedido o benefício da **justiça gratuita** para o demandante por este não ter como arcar com as custas processuais sem prejuízo próprio e de sua família, conforme declaração de pobreza em anexo;
- d) Caso entenda pertinente que o Ilustre Magistrado marque **LIMINARMENTE** perícia médica judicial à custa da parte ré por se tratar de fato impeditivo do direito, já que a seguradora negou-lhe pela via administrativa sobre sinistro n. **3180227484**, cabendo a esta arcar com o ônus de acordo com a resolução 03/2013 do TJPB;
- e) Que julgue procedente o pedido contido na inicial para que a demandada pague ao autor o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) devidamente corrigidos do evento danoso e com juros da citação;
- f) Que seja a demandada condenada nas custas e honorários no patamar de 20% sobre o valor da causa;
- g) Requer provar o alegado por todos os meios de provas cabíveis, como testemunhal, documental ou quaisquer outras admitidas no direito.



Dar-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,
Pede e Espera Deferimento

João Pessoa/PB, 08 de julho de 2018.

CLARA PEREIRA GERONIMO
OAB – PB nº 24.445

DOCUMENTOS DIVERSOS

- Procuração, Documentos Pessoais
- Ficha de Atendimento do Paciente
- Boletim de Ocorrência
- Laudos Médicos





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA
Nº 00007.01.2018.1.02.008

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 00007.01.2018.1.02.008, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 09:25 horas do dia 09 de janeiro de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta 8ª Delegacia Distrital da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Nélcio Carneiro dos Santos, matrícula 1357280, e lavrado por Everaldo Martins da Costa, Escrivão de Polícia, matrícula 765015, ao final assinado, compareceu **José Antonio Pereira**, conhecido(a) por Antonio, nacionalidade brasileira, estado civil casado(a), identidade de gênero masculino, profissão Autônomo, filho(a) de Terezinha Alves Coutinho e Silvino Pereira Vasconcelos, natural de Belo Horizonte/MG, nascido(a) em 01/03/1971 (46 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Assis Ferreira de Lima, Nº 214, complemento apartamento 104, bairro Barra de Gramame, tendo como ponto de referência Sesc Gravatá, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98616-1200.

Dados do(s) Fatos:

Local: Praça Caldas Brandão, nº s/n, Em Frente Ao Hospital Santa Isabel, Faculdade Santa Emilia de Rodhat, João Pessoa/PB, bairro Tambiá; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 24/09/17 12:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **CPB ART. 129 § 6º C/C ART. 18 INC. II: LESÃO CORPORAL CULPOSA.**

Objeto(s) Envolvido(s):

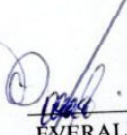
(1) Moto, modelo JTA EN 125 YES, marca Suzuki, tipo de veículo motocicleta, cor azul, ano 2009, placa NQD-7877, chassi 9CDNF41LJAM310183, renavam 00230052614

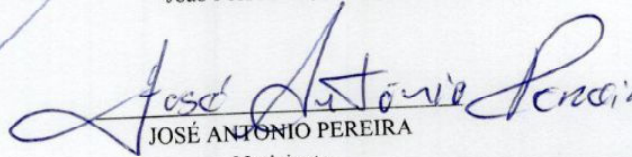
E NOTIFICOU O SEGUINTE:

Que, na data supra, se conduzia em sua moto já discriminada pela rua Deputado barreto Sobrinho, bairro de Tambiá desta capital, quando foi alvo de colisão parte de um veículo de placas e Condutor não identificado, até porque, este após a colisão evadiu-se do local, consequentemente, foi socorrido ao Complexo Hospitalar em Mangabeira, onde foi identificado lesão no antebraço, mão e joelho esquerdo. Outrossim, esclarece que a moto em questão, pertence a Sra. Maria Erivania Fidelis Ribeiro.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 09 de janeiro de 2018.


ÉVERALDO MARTINS DA COSTA
Escrivão de Polícia


JOSÉ ANTONIO PEREIRA
Noticiante

Procedimento Policial: 00007.01.2018.1.02.008





CAGEPA

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA

Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA,
INFORME ESTE NÚMERO

MATRÍCULA

71263667

REFERENCIA

OUT/2017

CONTA DE CONSUMO DE AGUA / ESGOTO E SERVICOS

MARIA ERIVANIA FIDELIS RI
RUA ASSIS FERREIRA DE LIMA 214 - APTO 104
GRAMAME 58067- 314
JOAO PESSOA

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Público	
001.93.725.0483	104	1	0	0	0	81159870
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água		Situação Esgoto	
Y14N398110	12/12/2014	3	LIGADO		POTENCIAL	

Scanned by CamScanner



SOSSA A PESSOAS

Nº 011462060450

LE
A
C
R
E

DETRAN - PB
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

PRT 20140000289157-0

VIA 0023005261-4 00/00000000 2014

0
0
3
8
7
4
3
8
3
5

NOME

MARIA ERIVANIA FIDELIS RIBEIRO

CPF / CNPJ

18964082818

PLACA

NQD7877/PB

PLACA ANT / UF

NOVO PB

CHASSI

9CDNF41LJAM310183

ESPÉCIE TIPO

PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC

COMBUSTÍVEL

GASOLINA

MARCA / MODELO

TTA/SUZUKI EM125

ANO FAB.

ANO MOD.

CAP / POT / CIL

2 P/125 /CI

CATEGORIA

PARTIC

COR PREDOMINANTE

AZUL

COTA ÚNICA

IPVA PAGO EM

VENC. COTA ÚNICA

21/05/2014

VENC / COTAS

FAIXA I.P.V.A.

PARCELAMENTO / COTAS

0

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)

IOF (R\$)

PRÊMIO TOTAL (R\$)

DATA DE PAGAMENTO

SEGURO P A G O 30/05/2014

OBSERVAÇÕES

A.F FUTURA SOCIEDADE DE C AO MICRO

DOCUMENTO DE PORTE OBRIGATORIO

NAO VALIDO PARA TRANSFERENCIA 0

JOAO PESSOA-PB

DATA

07/07/2014

40649



[Signature]

33294

Porte Augusto de Carvalho Costa
Delegado Especializado - DETRAN/PB

Scanned by CamScanner



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
JOSE ANTONIO PEREIRA



DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
5809447 SSP MG

CPF DATA NASCIMENTO
887.544.646-68 01/03/1971

FILIAÇÃO
SILVINO PEREIRA
VASCONCELOS
TEREZINHA ALVES
COUTINHO

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.

Nº REGISTRO
02445462430

VALIDADE
03/01/2018

1ª HABILITAÇÃO
16/10/1997

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
JOAO PESSOA, PB

DATA EMISSÃO
04/01/2013

Rodrigo Carvalho

46875000817
PB025613693

ASSINATURA DO EMISSOR

DETRAN-PB (PARAÍBA)

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL

693646645

DEBIDO PLASTIFICAR

93646645

Scanned by CamScanner



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: JOSE ANTONIO PEREIRA, brasileiro, casado,
inscrito sob RG n. 5809447, 35/11/18, e CPF
52544646-65, residente e domiciliado(a) Rua Assis Ferreira de Lima,
314, complemento APT 24 Gramma, João Pessoa - PB, Cep:
54000-000.

OUTORGADO: CLARA PEREIRA GERÔNIMO, brasileira, casada, advogada,
inscrita na OAB-PB n. 24.445, com endereço profissional na Av. Mancel
Deodata, n. 175, Torre, João Pessoa-PB.

PODERES: pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 38 do Código de Processo Civil, com cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação de Alvará, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, **firmar declaração de pobreza, segundo Lei 1.060/60.**

João Pessoa/PB, 09 de julho de 2018.

Jose Antonio Pereira
Outorgante



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA
COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO BURITY
RUA: AGENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N
58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83)3214-1980
FAX: () - CNPJ:

Ficha Nr: 63504 Atd: Nao Regulad
Data: 24/09/2017
Hora: 12:16:47
Recepcionista: LENICE FLORENCIO DE AR
Clinica: CIRURGICA

DADOS DO PACIENTE

Nome: JOSE ANTONIO PEREIRA
CNS: SEM CNS Sexo: M IDENTIDADE: 5809447 Fone: 986161200
Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 01/03/1971 Id: 46 ano(s)
End.: RUA FRANCISCO DE ASSIS LIMA, 214APT 104
Bairro: GRAMAME Cidade: JOAO PESSOA UF: PB
Mae: TEREZINHA ALVES COUTINHO Pai: SILVINO PEREIRA VASCONCELOS
Raca: SEM INFORMACAO Etnia: SEM INFORMACAO Estado Civil: NAO INFORMADO
Ocupação:
INFORMACOES DE ENTRADA Escolaridade:
Resp.: JOSE ANTONIO PEREIRA
Tel/Doc. Responsavel: 986161200 / IDENTIDADE: 5809447
Procedencia: RUA

Transporte utilizado: SAMU
Vitima de acidente por: COL.MOTOXCARRO AS 11HS TAMBIA
Vitima de violência por: NAO
[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco: AMARELO

PA: FR:
FC: TP:
Peso: Altura:
Glicemia: IMC:
Circ. Abd: O2%:

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[] Aparentemente Bem [] Grave
[] Politraumatizado [] Convulsao
[] Hemorragia [] Dispineia
[] Diarreia [] Agitado
[X] Regular [] Chocado
[] Vomito
Observacao

Queixa Principal

PACIENTE ENCAMINHADO DO SAMU, VITIMA DE COLISAO
CARRO E MOTO.

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Paciente vitima de colisao lateral carro x moto, com capacete.
Consciente, orientado, Glasgow 15. Apresenta dor e deformidade
em antebraço E, limitacao de movimento em joelho E e escoriações.
IMC 24,5. Abdomen flavelo indolor e palpacao superficial e profunda.
Diagnostico

Conduta - Solicito parecer da ORTOPEDIA
- Solicito Rx antebraço, mão
- Alta da cirurgia joelho.

Prescricao

Horario da medicacao

Dipirona 0,5amp IV
Voltarem 0,5amp IM.

Dr. Maximo Pinto
Cirurgião Geral
CRM-PR: 8038
CRM-RN: 8545



FICHA DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR

Data: 24/07/2018	ID da Ocorrência: 1837306	<input checked="" type="checkbox"/> USB <input type="checkbox"/> USA <input type="checkbox"/> MT	Nº / Equipe: 158.05	Plantão: <input checked="" type="checkbox"/> Dia <input type="checkbox"/> Noite	Hora de Saída da Base: 17:23 Hs	Hora de Chegada no Local: 17:32 Hs
Paciente / Usuário: João Antônio Pereira				Idade: 46 anos	Sexo: <input checked="" type="checkbox"/> Masc <input type="checkbox"/> Fem	Telefone:
Local da Ocorrência: <input checked="" type="checkbox"/> João Pessoa <input type="checkbox"/> Santa Rita <input type="checkbox"/> Bayeux <input type="checkbox"/> Cabedelo <input type="checkbox"/> Conde <input type="checkbox"/> Outro:						
Logradouro: Rua: 1º de Maio Barrocas Salinas				Bairro: Bombril	Médico Regulador: Dr. Felipe	
Quantidade de vítima(s) no local: <input checked="" type="checkbox"/> Uma <input type="checkbox"/> Duas <input type="checkbox"/> Três <input type="checkbox"/> Mais de três:						
Ação no Local: <input type="checkbox"/> USB <input type="checkbox"/> USA <input type="checkbox"/> Resgate / Bombeiros <input type="checkbox"/> PM <input type="checkbox"/> Resgate PRF <input type="checkbox"/> BPTRAN <input type="checkbox"/> Outro:						
QTA: <input type="checkbox"/> Socorrido por Terceiros <input type="checkbox"/> Socorrido pelos Bombeiros <input type="checkbox"/> Evadiu-se do Local <input type="checkbox"/> Trote <input type="checkbox"/> Outro:						
DESTINO DO PACIENTE: <input type="checkbox"/> Atendido no Local e Liberado <input checked="" type="checkbox"/> Encaminhado a Unidade Hospitalar <input type="checkbox"/> Óbito no Local <input type="checkbox"/> Óbito Durante o atendimento						
Destino (Unidade Hospitalar):				Responsável e Função (Assinatura e Carimbo):		

NATUREZA DA OCORRÊNCIA

<input type="checkbox"/> CLÍNICO <input type="checkbox"/> PSIQUIÁTRICO <input type="checkbox"/> GINECO-OBSTÉTRICO	<input type="checkbox"/> TRANSFERÊNCIA
Motivo: Colisão carro x moto	Hospital de Origem:
▷ CAUSAS EXTERNAS	Responsável:
▷ Acidente de Trânsito	Hospital de Destino:
<input type="checkbox"/> Colisão carro x moto	Responsável:
<input type="checkbox"/> Queda de moto	
<input type="checkbox"/> Atropelamento por:	
<input type="checkbox"/> Colisão carro x carro	
<input type="checkbox"/> Capotamento	
<input type="checkbox"/> Outro:	
<input type="checkbox"/> F.A.F.	
<input type="checkbox"/> F.A.B.	
<input type="checkbox"/> Agressão Física	
<input type="checkbox"/> Afogamento	
<input type="checkbox"/> Queda - Altura aproximada:	
<input type="checkbox"/> soterramento / Desabamento	
<input type="checkbox"/> Choque Elétrico	
<input type="checkbox"/> Outro:	
	ANTECEDENTES <input type="checkbox"/> AIDS <input type="checkbox"/> Doença Mental <input type="checkbox"/> Alcoolismo <input type="checkbox"/> Doença Renal <input type="checkbox"/> AVC <input type="checkbox"/> Droga <input type="checkbox"/> Convulsões <input type="checkbox"/> Hipertensão Arterial <input type="checkbox"/> Diabetes <input type="checkbox"/> Internamentos Anteriores <input type="checkbox"/> Doença Cardíaca <input type="checkbox"/> Problemas Respiratórios <input type="checkbox"/> Doença Infecto-contagiosa <input type="checkbox"/> Medicamentos de uso Contínuo Quais?

1. DADOS VITAIS
P.A.: 120x80 FC: 93 FR: 20 HGT: SpO2 - S/O2: 98% SpO2 - C/O2:

EXAME CLÍNICO (SINTOMAS, QUEIXAS) - EVOLUÇÃO DO TÉCNICO EM ENFERMAGEM OU EVOLUÇÃO MÉDICA

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM:

Diagnósticos de Enfermagem:

Intervenções: Análise vital + AVP + monitorização

Evolução do Enfermeiro: paciente consciente, orientado, supino, afbril, com sinais de perfusão em membros inferiores, ceto comido em terceiro dente de mão esquerda e escatoma leve em extremidades.

ORIENTAÇÃO DA REGULAÇÃO MÉDICA: Segundo regulador (Dr. Felipe) foi indicada remoção para



Rio de Janeiro, 08 de Junho de 2018

Aos Cuidados de: JOSE ANTONIO PEREIRA

Nº Sinistro: 3180227484

Vítima: JOSE ANTONIO PEREIRA

Data do Acidente: 24/09/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180227484**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **24/09/2017**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site www.seguradoralider.com.br, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00405/00406 - carta_04 - INVALIDEZ



Carta nº 12932478





Poder Judiciário da Paraíba
8ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número do Processo: 0838632-55.2018.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
Polo ativo: AUTOR: BENICIO AMARO DA SILVA
Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

CERTIDÃO

Certifico que autuei e faço os presentes autos CONCLUSOS. Dou fé.

JOÃO PESSOA, 3 de agosto de 2018
WEZALY DE MEDEIROS MEIRA





Poder Judiciário da Paraíba
8ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0838632-55.2018.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

INTIME-SE a parte autora, para esclarecer se houve cadastramento equivocado no PJE envolvendo a parte autora, uma vez que a inicial faz referência à parte diversa daquela cadastrada na tela inicial do processo virtual. Prazo de 15 dias.

JOÃO PESSOA, 24 de agosto de 2018.

RENATA DA CAMARA PIRES BELMONT

Juiz(a) de Direito



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVIL DA
COMARCA DE JOÃO PESSOA - PARAIBA

Processo nº 0838632-55.2018.8.15.2001

BENÍCIO AMARO DA SILVA, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem
respeitosamente à presença de Vossa EXcelência, por sua procuradora que esta subscreve, informar que
houve equívoco no cadastro da parte autora, uma vez que por descuido a exordial faz referência a parte
divesa no cadastramento do Sistema PJE. Requer a JUNTADA DE DOCUMENTOS da parte autora.

Termos em que,

Pede deferimento

João Pessoa, 30 de agosto de 2018.

CLARA PEREIRA GERÔNIMO

OAB 24446



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ____ª VARA CÍVEL DA COMARCA
DE JOÃO PESSOA/PB**

RESOLUÇÃO 03/2013 DO TJ/PB – PERICIA JUDICIAL PELA SEGURADORA

BENICIO AMARO DA SILVA, brasileiro, casado, autônomo, CPF 467.252.374-87 e RG n. 1186986 SSP-PB, residente e domiciliado na Rua Rodrigues Alves, nº 968, Mandacarú, João Pessoa/PB, Cep: 58.027-340, email: diegobarroso@hotmail.com, vem, por meio de seus procuradores que esta subscrevem, à presença de Vossa Excelência, propor

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

Em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, Bairro Centro, CEP 20031-205, Rio de Janeiro/RJ, pelos motivos e fatos a seguir expostos:

I – PRELIMINARMENTE

De início, Nobre Julgador, vem o presente demandante informar que é pobre na forma da lei e não tem como arcar com as despesas/custas processuais sem prejuízo de seu sustento e de sua família, tudo conforme declaração de hipossuficiência em anexo.

Assim sendo, diante da situação, vem requerer a concessão da Justiça Gratuita para todos os efeitos, nos conformes da Lei nº 1.060/50 e seus artigos.

II – DOS FATOS

O demandante sofreu um acidente na data de 09/03/2018 e decorrente deste sofreu algumas sequelas de caráter permanente como Fratura do Membro Superior Direito, conforme prontuário médico em anexo.



Até o presente momento, Nobre Julgador, o autor sente dificuldades e, em decorrência do acidente sempre precisa de ajuda de familiares para o seu sustento familiar.

O Promovente deu entrada no pedido de liberação do seguro DPVAT administrativamente para INVALIDEZ sobre sinistro n. **3180250516**, sendo o mesmo liberado para pagamento parcial o valor de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) após ter passado pela perícia médica da seguradora.

No mais, Excelência, o autor tem passado grandes dificuldades para conseguir alcançar seu pleito securitário na totalidade, assim sendo, procura o manto protetor do Judiciário para ter seu pleito abraçado de forma correta e justa, já que administrativamente só conseguiu parcialmente pleitear o seu direito.

III – DO DIREITO

III.1 – Da Inconstitucionalidade Formal e Material da Lei 11.945/09

Vale deixar clara a inconstitucionalidade das referidas leis tendo em vista os vícios formais e materiais que existe na referida norma esculpida com intuítos de mitigar direitos dos segurados.

Ocorre, porém, que a tal Lei de 2009, padece, antes de mais nada, de **inconstitucionalidade por vício formal**, em vista da inobservância do devido processo legislativo, seja por violar os requisitos do art. 62 da CF, seja por não se ater ao disposto no art. 7º, II, LC nº 95/98, c/c art. 59, parágrafo único, CF, este último ponto delineado a seguir (destaques no original):

[...] a mencionada lei ordinária [Lei 11.945/09] não observou o preceito estampado no **art. 7º, II, da LC nº 95/98**, cuja redação transcreve-se: "**art. 7º:** O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios: (...) *omissis*; II – a lei **não conterà matéria estranha** a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência, ou conexão; (...)".

Desse modo, sabe-se que a **MP nº 451/08** surgiu com a **intenção de tratar temáticas afetas à ordem tributária**, direta ou indiretamente, e não em regular matéria de ordem estritamente civil, mostrando, clarividente, pois, que o legislador conseguiu articular a inserção de um texto totalmente divergente do que trata a novel lei, que afinal, é **exclusivamente tributária** e em nada relaciona com a regulamentação do pagamento do seguro obrigatório, que, inclusive, dispõe de lei própria (nº 6.194/74).

Contudo, **não se verifica, portanto, a ocorrência de qualquer afinidade, pertinência ou conexão da matéria** constante no art. 31, que regulamenta o pagamento da indenização do seguro obrigatório, com o restante da Lei nº 11.945/09, que, além da nítida distinção temática, tem finalidades totalmente distintas.



Destarte, não sobejam dúvidas de que a nova Lei feriu de morte o **art. 59, parágrafo único da Constituição Federal**, ao maltratar o art. 7º, inciso II, da LC nº 95/98, mostrando **flagrante a inconstitucionalidade** formal do **art. 8º da Lei nº 11.482/2007, originária da Medida Provisória nº 340/2006**, bem como dos **arts. 20 e 21 da Medida Provisória 451/2008 [atuais arts. 31 e 32 da Lei nº 11.945/2009]**, uma vez que desrespeitou a norma expressa da Constituição, que, ao fim, materializa o **princípio do devido processo legislativo**, restando maculado pelo vício de afronta constitucional, restando como única panacéia, a invalidade da corporificação formal do ato mediante **a declaração de inconstitucionalidade**.

Criticando a citada lei pelo seu **pendor antidemocrático**, o autor da ADI fala em **"MP SURPRESA"**, "onde num determinado instrumento normativo que versa sobre tema 'A' e no meio, à surdina, há a dissertação sobre tema 'Z', temos agora a dilaceração de direitos individuais, como o direito a uma justa indenização do seguro DPVAT, que tem caráter suplementar a política do Estado de saúde pública e inclusão social". Complementa:

[...] tanto a Medida Provisória de nº 340/2008 convertida no artigo 8º da Lei 11.482/2007, quanto a MP de nº 451/2008 convertida na Lei 11.495/09 em seus artigos 20 e 21, foram editadas usando do mesmo expediente sorrateiro, em meio as festividades de fim de ano, e sempre inseridas no fim de Medidas Provisórias que tratam de assuntos diversos ao DPVAT.

Advertindo que o fato da MP de nº 451, em seus artigos 19, 20 e 21 entrar em vigor na data de sua publicação, tendo, portanto, vigência imediata em 16/12/2008, completando os 60 (sessenta) dias em 16/02/2009, no momento em que o Parlamento retorna do recesso de fim de ano e nas vésperas do carnaval, com o nítido objetivo de surpreendê-los, impossibilitando-os de analisar à contento a matéria em pauta, levando em consideração, ainda, que o teor principal da Medida Provisória é diverso do que ora é atacado, beneficia, relativamente, os contribuintes de imposto de renda, na implementação de novas alíquotas.

De antemão também, fala-se em **inconstitucionalidade material da Lei nº 11.945/09**, violando vários princípios constitucionais, dentre eles a da vedação ao retrocesso social, da igualdade material e da dignidade humana. Isso porque:

[...] é deveras difícil mensurar pecuniariamente a incapacidade permanente de um ser humano, assim como é também difícil esse tipo de mensura da própria vida. Assim, amparado pelo espírito constitucional de construir uma República erradicando suas desigualdades sociais, faz-se necessário que a indenização do Seguro Obrigatório **garanta patamares mínimos de dignidade**, respeitando a pessoa humana, e assim, dando condições de que supere as dificuldades da deficiência / invalidez física, visto que a integridade psicofísica é requisito basilar do **princípio da dignidade da pessoa humana**. Os arts. 20 e 21 da MP 451 criam uma **aberração jurídica** ao estipular a TABELA DE PROPORCIONALIDADE, avaliando a lesão de



acordo com o GRAU de sua incapacidade, refutando o entendimento dos Egrégios Tribunais, beneficiando o bilionário setor financeiro-securitário. A perda incompleta da mobilidade de um ombro equivale agora a **25%** da indenização total; a perda anatômica ou completa de um pé vale **50%** e a perda da visão completa dos dois olhos vale **100%** da indenização. Agora, pergunta-se: quanto vale um pé para um carteiro, que precisa do dinheiro do seguro DPVAT para, por exemplo, conseguir colocar uma prótese no local? Quais os critérios do Governo para dizer que um pé vale menos que uma mão? Nesse sentido, antes do advento desta medida elitista que só agrada os poderosos grupos econômicos do setor financeiro e securitário, o i. Desembargador Walter Carlos Lemes, assim citou em seu voto como relator da Apelação Cível 78.138-7/188, da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás:

"(...) Quanto ao terceiro argumento, qual seja, o de que a invalidez foi 'parcial' porque o apelado teve amputado **'apenas' o pé direito**, entendo o seguinte: A prevalecer o raciocínio da seguradora, nunca, mas nunca mesmo, haverá pagamento do seguro por invalidez total, **porque o segurado, ou perde 'apenas' um pé, ou uma perna, ou os dois braços ou a cabeça etc.** Isto é, à maneira de um 'esquartejador', a seguradora divide as partes do corpo do segurado para entender, sempre, que toda invalidez é parcial. Não se pode concordar com semelhante suposição, pois, a ser assim, a invalidez total seria apenas a perda total do corpo, ou seja, a morte. E aí seria difícil pagar ao segurado, já que no além os endereços são de difícil localização. (...)"

Com base nesses fundamentos, as decisões judiciais pacíficas no âmbito da Turmas Recursais Pátrias estão no sentido de se reconhecer a inconstitucionalidade formal e material do art. 8º da Lei nº 11.482/07 (antiga MP 340/06 – ver parte 1 deste artigo) e também do art. 31 (e art. 32, consequentemente) da Lei nº 11.945/2009 (antiga MP 451/08, arts. 20 e 21), aplicando-se o artigo 3º (original) da Lei nº 6.194/74.

Cite-se, por todos: **TURMA RECURSAL DE SERGIPE, Recurso Inominado**, PROCESSO 201101000827, DJE 26/10/2011 (ementa abaixo); **Recurso Inominado**, PROCESSO 201101000847, DJE 26/10/2011; **Recurso Inominado**, PROCESSO 201100900790, DJE 31/08/2011; **Recurso Inominado**, PROCESSO 201000800595, DJE 01/09/2010; processo de nº 201045201837, 8º Juizado Especial Cível de Aracaju/SE, julgado em 27/10/2010; processo nº 201045201674, 8º Juizado Especial Cível de Aracaju/SE, publicado em 27/10/2010.

CONSTITUCIONAL, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO DE COMPLEMENTAÇÃO. PROVA DO EVENTO DANOSO E DO DANO PROPRIAMENTE DITO. COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO REALIZADO EM 18/11/2010, NO MONTANTE CORRESPONDENTE A R\$ 2.362,50 (DOIS MIL TREZENTOS E SESENTA E DOIS E CINQUENTA CENTAVOS). EVENTO DANOSO OCORRIDO SOB A ÉGIDE



DA LEI 11.945/2009 (09/05/2010). PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. INOCORRÊNCIA. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO QUE DISPENSA A PERÍCIA POSTERIOR. **INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL DO ARTIGO 31, DA LEI 11.945/2009. PREVISÃO DE PAGAMENTO INDENIZATÓRIO DE ATÉ R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS) EM CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. LEI ORIUNDA DE MEDIDA PROVISÓRIA. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA UTILIZAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA. ART. 62, DA CF. REDUÇÃO DO PATAMAR DE 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS PARA O VALOR FIXO DE R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS) QUE É PREJUDICIAL E AFETA O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. VALIDADE DAS REGRAS ORIGINAIS CONTIDAS NO ART. 3º DA LEI 6.194/74. INDENIZAÇÃO DEVIDA NO SEU GRAU MÁXIMO, OU SEJA, 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS VIGENTES À ÉPOCA DA LIQUIDAÇÃO DO SINISTRO. OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DO *TANTUM DEVOLLUTUM QUANTUM APELLATUM*. INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A DATA PAGAMENTO ADMINISTRATIVO A MENOR. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TURMA RECURSAL DE SERGIPE, Recurso Inominado, PROCESSO 201101000827, DJE 26/10/2011)**

Assim, com a evolução do entendimento jurisprudencial, considerando inconstitucionais ambas as leis modificativas (Lei nº 11.482/07 e também a Lei nº 11.945/2009) da norma referente ao seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), seja por vício formal ou material, volta a ter aplicação o artigo 3º original da Lei nº 6.194/74, onde não há qualquer menção a graus de indenização.

Assim sendo devido é a condenação em 40 (quarenta salários mínimos atuais com correção do evento danos e juros da citação.

III.3 - Da Comprovação do Nexo de Causalidade Entre o Dano e o Sinistro – Não Cabimento de Graduação da Lesão

Nobre Julgador resta claro através dos documentos acostados a inicial que a autora sofreu um sinistro e deste teve sequela permanente.

Sem maiores prolongamentos faz jus o autor ao valor de 40 salários mínimos, conforme legislação aplicável a espécie, sendo assim, deve a mesma ser indenizada no patamar máximo.



Apelação. Ação de cobrança de diferença de seguro obrigatório DPVAT. Legitimidade passiva de todas as seguradoras do convênio DPVAT. Indenização correspondente a 40 salários mínimos. Correta a fixação nesse parâmetro, que tem critério legal específico. Entendimento consolidado na jurisprudência. Inteligência da Lei nº 6.194/74. RECURSO IMPROVIDO.DPVATDPVAT6.194

(9263169432008826 SP 9263169-43.2008.8.26.0000, Relator: Francisco Orlando, Data de Julgamento: 29/02/2012, 26ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 05/03/2012)

Neste sentido unânime é o entendimento esposado pelos Pretórios Pátrios, inclusive pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça):

“CIVIL – ATROPELAMENTO – DEBILIDADE PERMANENTE – SEGURO DPVAT – INDENIZAÇÃO. 01 – PARA FUNDAMENTAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, RESTANDO ATESTADO QUE O ATROPELADO ADQUIRIU INCAPACIDADE PERMANENTE NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO EM DECORRÊNCIA DO SINISTRO PROVOCADO POR VEÍCULO IDENTIFICA DO, NÃO HÁ QUE SE VERIFICAR O GRAU DA DEBILIDADE E NEM SE EXIGE A APRESENTAÇÃO DO DUT E DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO DO BILHETE DO SEGURO DPVAT DO PERÍODO EM QUE OCORREU O ACIDENTE, SENDO NECESSÁRIO, TÃO SOMENTE, A PROVA DO ACIDENTE E DO DANO DELE DECORRENTE. 2 – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. (20030110081655ACJ DF – Acórdão: 195640 – Julgamento: 22/06/2004 – 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F. – Rel. Leila Cristina Garbin Arlanch).

A invalidez é justamente o fato gerador do seguro, assim sendo, comprovando o autor através dos documentos acostados que a mesmo sofreu lesão e estas lesões foram ocasionadas pelo sinistro, então, devido é a verba pleiteada no seu teto máximo.

III.3 – Da Desnecessidade de Perícia – Em Caso de Necessidade Que Seja Deferida de acordo com a Resolução 03/2013 do Tribunal de Justiça da Paraíba

Ilustre Magistrado, conforme prontuários médicos acostados o demandante esta com membro sequelado, assim sendo, não há necessidade de perícia médica para atestar o que já foi consolidado pelo prontuário médico.



No mais, caso entenda necessária alguma perícia que esta seja feita **LIMINARMENTE** por **perito judicial** tendo em vista a resolução 03/2013 do Tribunal de Justiça da Paraíba.

IV – DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Diante do exposto, vem o autor requerer a PROCEDÊNCIA da presente demanda:

- a) Que não seja designado audiência prévia de conciliação ou mediação, nos termos do art. 319 VII, do CPC/2015;
- b) Que seja a Ré devida mente citada por AR, para, querendo, contestar a presente ação no prazo estipulado para o Rito Sumário;
- c) Que seja concedido o benefício da **justiça gratuita** para o demandante por este não ter como arcar com as custas processuais sem prejuízo próprio e de sua família, conforme declaração de pobreza em anexo;
- d) Caso entenda pertinente que o Ilustre Magistrado marque **LIMINARMENTE** perícia médica judicial à custa da parte ré por se tratar de fato impeditivo do direito, já que a seguradora só realizou o pagamento parcial de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) conforme sinistro n. **3180250516**, cabendo a esta arcar com o ônus de acordo com a resolução 03/2013 do TJPB;
- e) Que julgue procedente o pedido contido na inicial para que a demandada pague ao autor o valor de R\$ 5.062,50 (cinco mil e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) que corresponde a diferença de 50% da invalidez permanente do membro superior direito, devidamente corrigidos do evento danoso e com juros da citação;
- f) Que seja a demandada condenada nas custas e honorários no patamar de 20% sobre o valor da causa;
- g) Requer provar o alegado por todos os meios de provas cabíveis, como testemunhal, documental ou quaisquer outras admitidas no direito.



Dar-se a causa o valor de R\$ 5.062,50 (cinco mil e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Nestes Termos,
Pede e Espera Deferimento

João Pessoa/PB, 13 de julho de 2018.

CLARA PEREIRA GERONIMO
OAB – PB nº 24.446

DOCUMENTOS DIVERSOS

- **Procuração, Documentos Pessoais**
- **Ficha de Atendimento do Paciente**
- **Boletim de Ocorrência**
- **Laudos Médicos**





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 00069.01.2018.1.02.008

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 00069.01.2018.1.02.008, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 16:42 horas do dia 07 de maio de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta 8ª Delegacia Distrital da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Marcos Antônio Vasconcelos, matrícula 0573132, e lavrado por Everaldo Martins da Costa, Escrivão de Polícia, matrícula 765015, ao final assinado, compareceu **Benício Amaro da Silva**, CNH nº 02553820800, nacionalidade brasileira, estado civil casado(a), identidade de gênero masculino, profissão Autônomo, filho(a) de Ivonete Damiana da Silva e José Amaro da Silva, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 08/02/1966 (52 anos de idade), residente e domiciliado(a) no (a) Rua Rodrigues Alves, Nº 968, complemento casa., bairro Mandacaru, tendo como ponto de referência Alto do Céu., na cidade de João Pessoa/PB.

Dados do(s) Fatos:

Local: Avenida Principal do Conjunto Altiplano Cabo Branco, nº 968, Casa., Boite Pink Elefante, João Pessoa/PB, bairro Altiplano Cabo Branco; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 09/03/18 13:30h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **CPB ART. 129 § 6º C/C ART. 18 INC. II: LESÃO CORPORAL CULPOSA.**

Objeto(s) Envolvido(s):


(1) Moto, modelo Fazer 250, marca Yamha, tipo de veículo motocicleta, cor vermelha, ano 2011, placa NPT-2053, chassi 9C6KG0460C0030447, renavam 00305017241

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

Que, se conduzia na moto de sua propriedade já discriminada pena avenida principal que dá acesso ao conjunto Altiplano Cabo branco, nesta capital, precisamente em frente a Boite Pinck Elefante, foi surpreendido com um " gelo Baiano " que despregou-se do asfalto e engalhou nos raios da roda da motocicleta, provocando o não rodar desta e assim, provocou uma queda, jogando o Condutor, ora notificante ao solo, consequentemente, foi socorrido ao Complexo Hospitalar em Mangabeira, onde ficou evidenciado Fratura do Rádio distal direito, conforme prontuário Médico apresentado.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 07 de maio de 2018.


EVERALDO MARTINS DA COSTA
Escrivão de Polícia


BENÍCIO AMARO DA SILVA
Notificante



Procedimento Policial: 00069.01.2018.1.02.008



LEONARDO MARQUES CANDIDO
RUA RODRIGUES ALVES, 968 - MANDACARU
JOAO PESSOA / PB CEP: 58027340 (AG: 1)



Emissão: 08/03/2018 Referência: Mar / 2018

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Classe/Subcl: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO Br230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680

Roteiro: 3 - 1 - 310 - 3100 Nº medidor: 00008044723

CNPJ: 09.095.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 003.141.923

Cód. para Deb. Automático: 00002204840

Atendimento ao Cliente ENERGISA **0800 083 0196** Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a

Apresentação

Data prevista da
próxima leitura

CPF/ CNPJ/ RANI

Mar / 2018

08/03/2018

09/04/2018

5937576454

Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora):

5/220484-0

Canal de contato



Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: CLARA PEREIRA GERONIMO - 30/08/2018 16:28:47

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18083016214642700000015886110>

Número do documento: 18083016214642700000015886110

Num. 16300222 - Pág. 1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

1 0030501724-1 00/00000000 2017

BENICIO AMARO DA SILVA

46725237487

NPT2053/PB

NOVO

PB 9C6KG0460C0030447

PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC

GASOLINA

YAMAHA/FAZER YS250

2011 2012

2 P/249 /CI

PARTIC

VERMELHA

00/00/0000

P	00/00/0000	1
V	0	2
A	0	3

***** SEGURO P A G O 27/04/2017

A.F. YAMAHA ADM. DE CONSORCIO LTDA

JOAO PESSOA-PB

33294

27/04/2017

42196

PB Nº 013152552059

BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA O VÍDEO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 111

COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
18 MAR 2017
PROTOCOLO
A. JOÃO PESSOA

46725237487

NPT2053/PB

00305017241 YAMAHA/FAZER YS250

2011

9 9C6KG0460C0030447

PRÊMIO TARIFÁRIO

SEGURO

P A G O

27/04/2017

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 08.546.883/0001-04

42196-1710596-20170427




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

PB


**VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL**
1407946201

NOME
BENICIO AMARO DA SILVA

DOC IDENTIDADE / ORG EMISSOR UF
1186986 SSP PB

CPE **DATA NASCIMENTO**
467.252.374-87 09/02/1966

FILIAÇÃO
JOSE AMARO DA SILVA
IVONETE DAMIANA DA SILVA

PERMISSÃO **ACC** **CAT. HAB**
[] [] AB

Nº REGISTRO **VALIDADE** **1ª HABILITAÇÃO**
02553820800 06/01/2022 09/10/2002

COMPREV
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
08 MAR 2013
PROTOCOLO
AG. JOAO PESSOA

Scanned by CamScanner



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: BENÍCIO AMARAL DA SILVA, brasileiro, casado,
autônomo, inscrito sob RG n. 4186986, SS/PB, e CPF
967.252-374-87, residente e domiciliado(a) Rua Rodrigues Alves,
968, complemento Casa Mandacaru, Soat Pessoa - PB, Cep:
58.037-349.

OUTORGADO: CLARA PEREIRA GERÔNIMO, brasileira, casada, advogada,
inscrita na OAB-PB n. 24.445, com endereço profissional na Av. Manoel
Deodata, n. 175, Torre, João Pessoa-PB.

PODERES: pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 38 do Código de Processo Civil, com cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação de Alvará, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, firmar declaração de pobreza, segundo Lei 1.060/60.

João Pessoa/PB, 09 de julho de 2018.

Benício Amaral da Silva
Outorgante



INSTITUTO MUNICIPAL DE JOAO PESSOA
COMPLEXO HOSPITALAR JOAQUIM GOMES TARCISIO BURITY
RUA: ASSENTE TARCISIO COSTA DUARTE S/N
FONE: 3331-3214-1980
FAX: 3331-3214

Ficha Nº: 118831
Data: 19/05/2018
Hora: 14:04:00
Recepcionista: ARIANA DA SILVA
Clínica: 10000000

Nome do Paciente: JOSE AMARIL DA SILVA
Nome Completo: JOSE AMARIL DA SILVA
Sexo: M IDENTIDADE: 1186986 Fone: 333-10000
Natural: JOAO PESSOA PB Data Nasc.: 09/02/1966 Id: 33 anos
Endereço: RUA PROSPERIDADE ALVES, 866 VEIO NOP SAMU AUTO DO CEU
Bairro: BARRAGEM Cidade: JOAO PESSOA UF: PB
Mãe: S. AMARIL DA SILVA Pai: JOSE AMARIL DA SILVA
Raca: PARDAS Etnia: SEM INFORMACAO Estado Civil: SOLTEIRO(A)
Ocupação: MESTRE-DE-OBRA
INFORMACOES DE ENTRADA Escolaridade:
Resp.: ESPOSA JOSIVANIA GOMES DA SILVA
Tel/Doc. Responsavel: 00 / SEM DOCUMENTO: SD
Procedencia: RUA

Transporte utilizado: SAMU

Vítima de acidente por: QUEDA DE MOTO ALTO PLANO CABO BRANCO

Vítima de violência por: PROX A IEMAJA HJ AS 13/30 COND;

[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco: AMARELO

PA: FR:
FC: TP:
Peso: Altura:
Glicemia: IMC:
Circ. Abd: O2%:

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[] Aparentemente Bem [] Grave
[] Politraumatizado [] Convulsao
[] Hemorragia [] Dispneia
[] Diarreia [] Agitado
[] Regular [] Chocado
[] Vomito

Queixa Principal

DA MOTO

Observacao

NEGA DEMAIO E VOMITO

História - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Paciente vítima de queda de moto. Não houve lesões de cabeça.
Voz normal. (R) (D) (E) (F) (G) (H) (I) (J) (K) (L) (M) (N) (O) (P) (Q) (R) (S) (T) (U) (V) (W) (X) (Y) (Z) (AA) (AB) (AC) (AD) (AE) (AF) (AG) (AH) (AI) (AJ) (AK) (AL) (AM) (AN) (AO) (AP) (AQ) (AR) (AS) (AT) (AU) (AV) (AW) (AX) (AY) (AZ) (BA) (BB) (BC) (BD) (BE) (BF) (BG) (BH) (BI) (BJ) (BK) (BL) (BM) (BN) (BO) (BP) (BQ) (BR) (BS) (BT) (BU) (BV) (BW) (BX) (BY) (BZ) (CA) (CB) (CC) (CD) (CE) (CF) (CG) (CH) (CI) (CJ) (CK) (CL) (CM) (CN) (CO) (CP) (CQ) (CR) (CS) (CT) (CU) (CV) (CW) (CX) (CY) (CZ) (DA) (DB) (DC) (DD) (DE) (DF) (DG) (DH) (DI) (DJ) (DK) (DL) (DM) (DN) (DO) (DP) (DQ) (DR) (DS) (DT) (DU) (DV) (DW) (DX) (DY) (DZ) (EA) (EB) (EC) (ED) (EE) (EF) (EG) (EH) (EI) (EJ) (EK) (EL) (EM) (EN) (EO) (EP) (EQ) (ER) (ES) (ET) (EU) (EV) (EW) (EX) (EY) (EZ) (FA) (FB) (FC) (FD) (FE) (FF) (FG) (FH) (FI) (FJ) (FK) (FL) (FM) (FN) (FO) (FP) (FQ) (FR) (FS) (FT) (FU) (FV) (FW) (FX) (FY) (FZ) (GA) (GB) (GC) (GD) (GE) (GF) (GG) (GH) (GI) (GJ) (GK) (GL) (GM) (GN) (GO) (GP) (GQ) (GR) (GS) (GT) (GU) (GV) (GW) (GX) (GY) (GZ) (HA) (HB) (HC) (HD) (HE) (HF) (HG) (HH) (HI) (HJ) (HK) (HL) (HM) (HN) (HO) (HP) (HQ) (HR) (HS) (HT) (HU) (HV) (HW) (HX) (HY) (HZ) (IA) (IB) (IC) (ID) (IE) (IF) (IG) (IH) (II) (IJ) (IK) (IL) (IM) (IN) (IO) (IP) (IQ) (IR) (IS) (IT) (IU) (IV) (IW) (IX) (IY) (IZ) (JA) (JB) (JC) (JD) (JE) (JF) (JG) (JH) (JI) (JJ) (JK) (JL) (JM) (JN) (JO) (JP) (JQ) (JR) (JS) (JT) (JU) (JV) (JW) (JX) (JY) (JZ) (KA) (KB) (KC) (KD) (KE) (KF) (KG) (KH) (KI) (KJ) (KK) (KL) (KM) (KN) (KO) (KP) (KQ) (KR) (KS) (KT) (KU) (KV) (KW) (KX) (KY) (KZ) (LA) (LB) (LC) (LD) (LE) (LF) (LG) (LH) (LI) (LJ) (LK) (LL) (LM) (LN) (LO) (LP) (LQ) (LR) (LS) (LT) (LU) (LV) (LW) (LX) (LY) (LZ) (MA) (MB) (MC) (MD) (ME) (MF) (MG) (MH) (MI) (MJ) (MK) (ML) (MM) (MN) (MO) (MP) (MQ) (MR) (MS) (MT) (MU) (MV) (MW) (MX) (MY) (MZ) (NA) (NB) (NC) (ND) (NE) (NF) (NG) (NH) (NI) (NJ) (NK) (NL) (NM) (NN) (NO) (NP) (NQ) (NR) (NS) (NT) (NU) (NV) (NW) (NX) (NY) (NZ) (OA) (OB) (OC) (OD) (OE) (OF) (OG) (OH) (OI) (OJ) (OK) (OL) (OM) (ON) (OO) (OP) (OQ) (OR) (OS) (OT) (OU) (OV) (OW) (OX) (OY) (OZ) (PA) (PB) (PC) (PD) (PE) (PF) (PG) (PH) (PI) (PJ) (PK) (PL) (PM) (PN) (PO) (PP) (PQ) (PR) (PS) (PT) (PU) (PV) (PW) (PX) (PY) (PZ) (QA) (QB) (QC) (QD) (QE) (QF) (QG) (QH) (QI) (QJ) (QK) (QL) (QM) (QN) (QO) (QP) (QQ) (QR) (QS) (QT) (QU) (QV) (QW) (QX) (QY) (QZ) (RA) (RB) (RC) (RD) (RE) (RF) (RG) (RH) (RI) (RJ) (RK) (RL) (RM) (RN) (RO) (RP) (RQ) (RR) (RS) (RT) (RU) (RV) (RW) (RX) (RY) (RZ) (SA) (SB) (SC) (SD) (SE) (SF) (SG) (SH) (SI) (SJ) (SK) (SL) (SM) (SN) (SO) (SP) (SQ) (SR) (SS) (ST) (SU) (SV) (SW) (SX) (SY) (SZ) (TA) (TB) (TC) (TD) (TE) (TF) (TG) (TH) (TI) (TJ) (TK) (TL) (TM) (TN) (TO) (TP) (TQ) (TR) (TS) (TT) (TU) (TV) (TW) (TX) (TY) (TZ) (UA) (UB) (UC) (UD) (UE) (UF) (UG) (UH) (UI) (UJ) (UK) (UL) (UM) (UN) (UO) (UP) (UQ) (UR) (US) (UT) (UU) (UV) (UW) (UX) (UY) (UZ) (VA) (VB) (VC) (VD) (VE) (VF) (VG) (VH) (VI) (VJ) (VK) (VL) (VM) (VN) (VO) (VP) (VQ) (VR) (VS) (VT) (VU) (VV) (VW) (VX) (VY) (VZ) (WA) (WB) (WC) (WD) (WE) (WF) (WG) (WH) (WI) (WJ) (WK) (WL) (WM) (WN) (WO) (WP) (WQ) (WR) (WS) (WT) (WU) (WV) (WW) (WX) (WY) (WZ) (XA) (XB) (XC) (XD) (XE) (XF) (XG) (XH) (XI) (XJ) (XK) (XL) (XM) (XN) (XO) (XP) (XQ) (XR) (XS) (XT) (XU) (XV) (XW) (XX) (XY) (XZ) (YA) (YB) (YC) (YD) (YE) (YF) (YG) (YH) (YI) (YJ) (YK) (YL) (YM) (YN) (YO) (YP) (YQ) (YR) (YS) (YT) (YU) (YV) (YW) (YX) (YY) (YZ) (ZA) (ZB) (ZC) (ZD) (ZE) (ZF) (ZG) (ZH) (ZI) (ZJ) (ZK) (ZL) (ZM) (ZN) (ZO) (ZP) (ZQ) (ZR) (ZS) (ZT) (ZU) (ZV) (ZW) (ZX) (ZY) (ZZ) (AA) (AB) (AC) (AD) (AE) (AF) (AG) (AH) (AI) (AJ) (AK) (AL) (AM) (AN) (AO) (AP) (AQ) (AR) (AS) (AT) (AU) (AV) (AW) (AX) (AY) (AZ) (BA) (BB) (BC) (BD) (BE) (BF) (BG) (BH) (BI) (BJ) (BK) (BL) (BM) (BN) (BO) (BP) (BQ) (BR) (BS) (BT) (BU) (BV) (BW) (BX) (BY) (BZ) (CA) (CB) (CC) (CD) (CE) (CF) (CG) (CH) (CI) (CJ) (CK) (CL) (CM) (CN) (CO) (CP) (CQ) (CR) (CS) (CT) (CU) (CV) (CW) (CX) (CY) (CZ) (DA) (DB) (DC) (DD) (DE) (DF) (DG) (DH) (DI) (DJ) (DK) (DL) (DM) (DN) (DO) (DP) (DQ) (DR) (DS) (DT) (DU) (DV) (DW) (DX) (DY) (DZ) (EA) (EB) (EC) (ED) (EE) (EF) (EG) (EH) (EI) (EJ) (EK) (EL) (EM) (EN) (EO) (EP) (EQ) (ER) (ES) (ET) (EU) (EV) (EW) (EX) (EY) (EZ) (FA) (FB) (FC) (FD) (FE) (FF) (FG) (FH) (FI) (FJ) (FK) (FL) (FM) (FN) (FO) (FP) (FQ) (FR) (FS) (FT) (FU) (FV) (FW) (FX) (FY) (FZ) (GA) (GB) (GC) (GD) (GE) (GF) (GG) (GH) (GI) (GJ) (GK) (GL) (GM) (GN) (GO) (GP) (GQ) (GR) (GS) (GT) (GU) (GV) (GW) (GX) (GY) (GZ) (HA) (HB) (HC) (HD) (HE) (HF) (HG) (HH) (HI) (HJ) (HK) (HL) (HM) (HN) (HO) (HP) (HQ) (HR) (HS) (HT) (HU) (HV) (HW) (HX) (HY) (HZ) (IA) (IB) (IC) (ID) (IE) (IF) (IG) (IH) (II) (IJ) (IK) (IL) (IM) (IN) (IO) (IP) (IQ) (IR) (IS) (IT) (IU) (IV) (IW) (IX) (IY) (IZ) (JA) (JB) (JC) (JD) (JE) (JF) (JG) (JH) (JI) (JJ) (JK) (JL) (JM) (JN) (JO) (JP) (JQ) (JR) (JS) (JT) (JU) (JV) (JW) (JX) (JY) (JZ) (KA) (KB) (KC) (KD) (KE) (KF) (KG) (KH) (KI) (KJ) (KK) (KL) (KM) (KN) (KO) (KP) (KQ) (KR) (KS) (KT) (KU) (KV) (KW) (KX) (KY) (KZ) (LA) (LB) (LC) (LD) (LE) (LF) (LG) (LH) (LI) (LJ) (LK) (LM) (LN) (LO) (LP) (LQ) (LR) (LS) (LT) (LU) (LV) (LW) (LX) (LY) (LZ) (MA) (MB) (MC) (MD) (ME) (MF) (MG) (MH) (MI) (MJ) (MK) (ML) (MM) (MN) (MO) (MP) (MQ) (MR) (MS) (MT) (MU) (MV) (MW) (MX) (MY) (MZ) (NA) (NB) (NC) (ND) (NE) (NF) (NG) (NH) (NI) (NJ) (NK) (NL) (NM) (NN) (NO) (NP) (NQ) (NR) (NS) (NT) (NU) (NV) (NW) (NX) (NY) (NZ) (OA) (OB) (OC) (OD) (OE) (OF) (OG) (OH) (OI) (OJ) (OK) (OL) (OM) (ON) (OO) (OP) (OQ) (OR) (OS) (OT) (OU) (OV) (OW) (OX) (OY) (OZ) (PA) (PB) (PC) (PD) (PE) (PF) (PG) (PH) (PI) (PJ) (PK) (PL) (PM) (PN) (PO) (PP) (PQ) (PR) (PS) (PT) (PU) (PV) (PW) (PX) (PY) (PZ) (QA) (QB) (QC) (QD) (QE) (QF) (QG) (QH) (QI) (QJ) (QK) (QL) (QM) (QN) (QO) (QP) (QQ) (QR) (QS) (QT) (QU) (QV) (QW) (QX) (QY) (QZ) (RA) (RB) (RC) (RD) (RE) (RF) (RG) (RH) (RI) (RJ) (RK) (RL) (RM) (RN) (RO) (RP) (RQ) (RR) (RS) (RT) (RU) (RV) (RW) (RX) (RY) (RZ) (SA) (SB) (SC) (SD) (SE) (SF) (SG) (SH) (SI) (SJ) (SK) (SL) (SM) (SN) (SO) (SP) (SQ) (SR) (SS) (ST) (SU) (SV) (SW) (SX) (SY) (SZ) (TA) (TB) (TC) (TD) (TE) (TF) (TG) (TH) (TI) (TJ) (TK) (TL) (TM) (TN) (TO) (TP) (TQ) (TR) (TS) (TT) (TU) (TV) (TW) (TX) (TY) (TZ) (UA) (UB) (UC) (UD) (UE) (UF) (UG) (UH) (UI) (UJ) (UK) (UL) (UM) (UN) (UO) (UP) (UQ) (UR) (US) (UT) (UU) (UV) (UW) (UX) (UY) (UZ) (VA) (VB) (VC) (VD) (VE) (VF) (VG) (VH) (VI) (VJ) (VK) (VL) (VM) (VN) (VO) (VP) (VQ) (VR) (VS) (VT) (VU) (VV) (VW) (VX) (VY) (VZ) (WA) (WB) (WC) (WD) (WE) (WF) (WG) (WH) (WI) (WJ) (WK) (WL) (WM) (WN) (WO) (WP) (WQ) (WR) (WS) (WT) (WU) (WV) (WW) (WX) (WY) (WZ) (XA) (XB) (XC) (XD) (XE) (XF) (XG) (XH) (XI) (XJ) (XK) (XL) (XM) (XN) (XO) (XP) (XQ) (XR) (XS) (XT) (XU) (XV) (XW) (XX) (XY) (XZ) (YA) (YB) (YC) (YD) (YE) (YF) (YG) (YH) (YI) (YJ) (YK) (YL) (YM) (YN) (YO) (YP) (YQ) (YR) (YS) (YT) (YU) (YV) (YW) (YX) (YY) (YZ) (ZA) (ZB) (ZC) (ZD) (ZE) (ZF) (ZG) (ZH) (ZI) (ZJ) (ZK) (ZL) (ZM) (ZN) (ZO) (ZP) (ZQ) (ZR) (ZS) (ZT) (ZU) (ZV) (ZW) (ZX) (ZY) (ZZ)

Diagnostico

Conduta

1 Rx do punho
2 ALTA da cirurgia
3 Avulsa da ortopedia

Prescrição

1) Tiletal 40mg (2V)
2) Dipirona 1g (2V)

Horario da Medicacao
COMPREV
COMPREV PREVIDENCIA S/A
08 MAIO 2018
PROTOCOLO
AG. JOAO PESSOA

Dr. Carlos Anderson B. Silva
Cirurgião Geral
CRM-PB 10.941

Data e Hora | PRESCRICAO (assinatura e carimbo)

ANOTACOES DA ENFERMAGEM

Qtde	Medicamentos	Dose	Horario	Evolucao

Reservado p/ liberacao

Assinatura da Enfermagem

PROCEDIMENTO REALIZADO

DESTINO DO PACIENTE

[] Residencia [] Transferido [] Desistencia [] UTI
[] Alta a pedido [] Enfermaria Obito: [] Atestado [] SVO [] IML

Assinatura do Paciente/Responsavel

Assinatura e Carimbo do Médico





Complexo Hospitalar
MANGABEIRA

GOVERNADOR TARCÍSIO BURITY

PRONTUÁRIO

59 mg
0910312

Nº: 201803.1299

NOME DO PACIENTE:

Benício Amaro da Silva

ENFERMARIA:

HN 15

LEITO:

151

COMPREV
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
68 MAIO 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA





FICHA DE ADMISSÃO MÉDICA

Nome: BENICIO AMARO DA SILVA Data da Admissão: 09/03/18
Prontuário: _____ Idade: _____ Enfermaria: _____ Leito: _____
Nome da Mãe: _____
Endereço: _____ Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____ Fone: _____ Profissão: _____
Sexo: F () M () Cor: _____ Estado Civil: _____ Religião: _____
Escolaridade: _____ Data de Nascimento: ____/____/____

QPD: TRAUMA AUTOMOBILÍSTICO - FX DISTAL RADIO (D)

HDA: PACIENTE VITIMA DE TRAUMA ACUTE, REFUSE
PARA O PUNHO E OMBRO (D), DE INÍCIO
HISTÓRICO.

Medicações em uso: NÃO USA

Interrogatório Sintomatológico:

Geral: [] Febre [] Astenia [] Anorexia [] Perda de Peso ____ Kg em ____ [] Prurido [] Sudorese
[] Calafrios [] Alopecia [] Adenomegalias [] Icterícia [] Tonturas [] Outros: _____

Pele: _____

Cabeça e Pescoço: [] Cefaléia [] Espirros [] Rinorréia [] Obstrução Nasal [] Epistaxe
[] Dor de Garganta [] Bócio [] Rouquidão [] Disfagia Audição: _____ Visão: _____

AR e ACV: [] Dor _____ [] Tosse [] Expectoração [] Hemoptise
[] Dispneia [] Palpitações [] Desmaio [] Cianose [] Edema _____ Outros: _____

ABD: [] Dor _____ [] Pirose [] Solução [] Regurgitação [] Hematêmese [] Náuseas
[] Vômitos [] Dispepsia [] Diarréia [] Melena [] Enterorragia [] Constipação [] Aumento de volume

AGU: [] Disúria [] Incontinência [] Retenção [] Poliúria [] Oligúria [] Noctúria [] Hematúria
[] Mal Cheiro [] Corrimento [] Outras: _____

SME: [] Dor _____ [] Rigidez pós-reposou [] Deformidades
[] Artralgia [] Calor [] Rubor [] Edema [] Crepitação [] Fraqueza [] Atrofia [] Espasmos

SN e PSQ: [] Insônia [] Sonolência [] Convulsões [] Motricidade e Sensibilidade
[] Amnésia [] Libido [] Humor

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB

PROTÓCOLO
AG. JOÃO PESSOA
08 MAIO 2018
SISTEMA DE PREVENÇÃO S/A



JUSTIFICATIVA PARA A SUSPENSÃO DE CIRURGIAS

BLOCO CIRÚRGICO

DATA: 23/03/18	HORA: 16h
PACIENTE: Benício Amaro da Silva	
FOI JUSTIFICADO AO PACIENTE? SIM ()	NÃO ()
ENFERMARIA: 15	LEITO: 151

RELATÓRIO DO (A) MÉDICO (A) RESPONSÁVEL PELA SUSPENSÃO (assinar e carimbar)

diminuição do carro cirúrgico
(HAP em manutenção até 16 dias)

Dr. Douglas M. P. Teixeira
Ortopedia / Traumatologia
CRM 10.536

RELATÓRIO DO (A) ENFERMEIRO (A) (assinar e carimbar)



1ª VIA PRONTUÁRIO

2ª VIA DIREÇÃO TÉCNICA

3ª VIA COORD. SUPORTE & VIDA

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.



Assinado eletronicamente por: CLARA PEREIRA GERONIMO - 30/08/2018 16:28:51

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18083016232815900000015886192>

Número do documento: 18083016232815900000015886192



DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Posição e Preparo:

- (1) Paciente em DDT - ortostática.
- (2) Anestesia + Antimicrobiano + analgésico.
- (3) Aplicação de campo estéril.

Incisão:

(4) Incisão longitudinal em região lateral de Anterior inferior (via de acesso) por plano de crista óssea.

Achados:

(5) Fratura de dente dental D.

Conduta:

(6) Redução aberta + fixação interna do fraturado dental dental D com 2 placas 6 parafusos e 3 parafusos laterais sob crista.

(7) Redução aberta + fixação interna de fratura de dente dental D com 2 placas 6 parafusos e 3 parafusos laterais sob crista.

(8) SA. Antibiótico 49% uratório.

Fechamento:

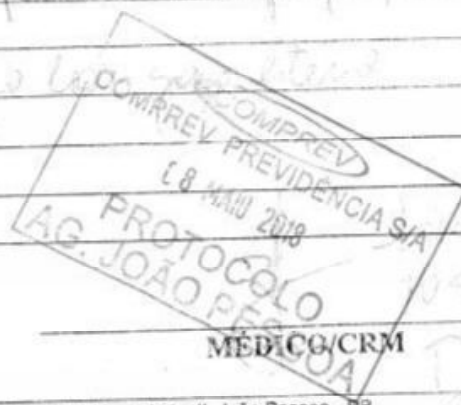
(9) Sutura da ferida operatória com fio não absorvível.

OBS:

- (10) Sutura do músculo buccino.
- (11) Fio de sutura.
- (12) Fio de sutura.

Data:

01/03/18



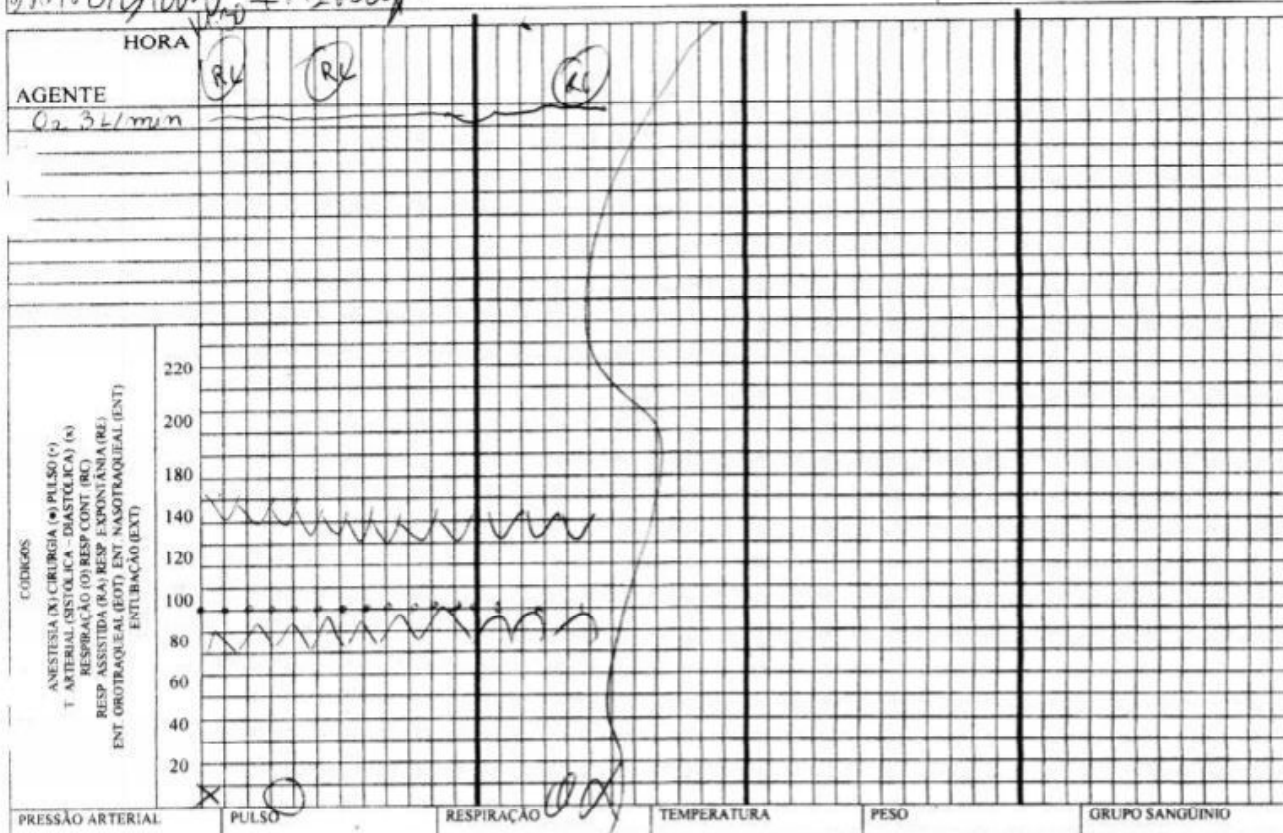
Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB





FORMULÁRIO DE ANESTESIA

NOME	Bianca Amorim da Silva			DATA	23/12/18	
ESTADO CIVIL	Solt. <input type="checkbox"/> Cás. <input type="checkbox"/> Vuv. <input type="checkbox"/> Desq. <input type="checkbox"/>	SEXO	Masc. <input type="checkbox"/> Fem. <input type="checkbox"/>	COR	BR <input type="checkbox"/> PO <input type="checkbox"/> PT <input type="checkbox"/>	PROFISSÃO
ENDREÇO	Av. (Rua)					
HOSPITAL						CATEGORIA
AIH <input type="checkbox"/> CP <input type="checkbox"/> MAT <input type="checkbox"/> COD <input type="checkbox"/> INSC <input type="checkbox"/> GIH <input type="checkbox"/> OUTRAS <input type="checkbox"/>						
DIAGNÓSTICOS	Fratura de fêmur distal					
OPERAÇÃO REALIZADA	R2 C1					
CIRURGIÃO	André		AUXILIAR	Thiago		
INÍCIO ANESTESIA	14:30		TÉRMINO DA ANESTESIA	16:02		DURAÇÃO DA ANESTESIA
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO	Dr. Nolgrando + R2 C1		QUANT. DE US (PONTOS)			VALOR R\$
					CRM-PB	



EST. GERAL BOM ☒ REGULAR ☐ MAU ☐ PÉSSIMO ☐ RISCO CIRÚRGICO BOM ☐ REGULAR ☐ MAU ☐ PÉSSIMO ☐

EXAMES COMPLEMENTARES

PRÉ ANESTÉSICO

EXAMES COMPLEMENTARES

ANESTESIA GERAL ☐ RAQUIDIANA ☐ EPIDURAL ☐ BLOQ. PLEXO ☒ BLOQ. NERVOS ☐ OUTROS ☐

TÉCNICA Bloqueio de plexo braquial via intussuscepção, axilar com 4+5.

MEDICAMENTOS GASTOS NO ATO ANESTÉSICO

- 1 Fentanyl 100 mcg
- 2 Midazolam 5 mg
- 3 Clorpromazina 3g
- 4 Naloxona 0,161 100mg
- 5 Lidocaína 0,61 400mg

OBSERVAÇÕES

6 Dipriona 2g

7 Dexametasona 10 mg

8 COMPREV PREVIDENCIA S/A



9

10 08 MAIO 2018

PROTOCOLO

AG. JOÃO PESSOA



	Sistema Único de Saúde Ministério da Saúde	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)	Folha 1/2
Identificação do Estabelecimento de Saúde			
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE		2 - CNES	
COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCÍSIO BURITY		2 3 9 9 6 2 8	
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE		4 - CNES	
COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCÍSIO BURITY		2 3 9 9 6 2 8	
Identificação do Paciente			
5 - NOME DO PACIENTE		6 - Nº DO PRONTUÁRIO	
Beneil Amaro de Almeida			
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)		8 - DATA DE NASCIMENTO	
		09/02/66	
10 - NOME DA MÃE		9 - SEXO	
		Masc. <input checked="" type="checkbox"/> 1 Fem. <input type="checkbox"/> 3	
12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)		11 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE	
		DDD	
13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA		14 - Cód. IBGE MUNICÍPIO	
		15 - UF	
		16 - CEP	
17 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)			
MUDANÇA DE PROCEDIMENTO			
18 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR		19 - Cód. DO PROCEDIMENTO - ANTERIOR	
20 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA		21 - Cód. DO PROCEDIMENTO - MUDANÇA	
22 - DIAGNÓSTICO INICIAL		23 - CID 10 PRINCIPAL	
		24 - CID 10 SECUNDÁRIO	
		25 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS	
SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)			
26 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL		27 - Cód. DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL	
28 - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE UTI E/OU DIÁRIA DE ACOMPANHANTE			
<input type="checkbox"/> DIÁRIA DE ACOMPANHANTE <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO I <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO II <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO III			
29 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		30 - Cód. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
		31 - QTDE	
32 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		33 - Cód. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
		34 - QTDE	
35 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		36 - Cód. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
		37 - QTDE	
38 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO			
CX 3,5 01 placa em T 3x3 05 paraf. cortical n° 16-01, 24-01 02 fios			
			
PROFISSIONAL SOLICITANTE			
39 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE		40 - DATA DA SOLICITAÇÃO	
		27/05/18	
41 - DOCUMENTO	42 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	43 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)	
() CNS () CPF		Dr. Felipe Belarmino MÉDICO CRM-PA 11126	
AUTORIZAÇÃO			
44 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		45 - Cód. ÓRGÃO EMISSOR	
		46 - DATA DA AUTORIZAÇÃO	
47 - DOCUMENTO	48 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	49 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)	
() CNS () CPF			





Cirurgião: Dr.º André Coódigo: () Reposição () Caixa Pronta

[illegible]

		Nº	Qtd.	Cód.	Valor Unt.	Valor T
PARAFUSO		Nº	Qtd.	Cód.		
CORTICAL	3.5mm	Nº	Qtd.	Cód.		
PARAFUSO		Nº	Qtd.	Cód.		
CORTICAL	4.5mm	Nº	Qtd.	Cód.		
PARAFUSO		Nº	Qtd.	Cód.		
ESPONJOSO	4.0mm	Nº	Qtd.	Cód.		
PARAFUSO		Nº	Qtd.	Cód.		
ESPONJOSO	6.5mm	Nº	Qtd.	Cód.		
ESP.	R/16 CURTA	Nº	Qtd.	Cód.		
PARAFUSO		Nº	Qtd.	Cód.		
ESPONJOSO	6.5mm	Nº	Qtd.	Cód.		
ESP.	R/32 LONGA	Nº	Qtd.	Cód.		
PARAFUSO		Nº	Qtd.	Cód.		
MALEOLAR	4.5mm	Nº	Qtd.	Cód.		

COMPREV
COMPREV PREVIDENCIA S/A
08 MAIO 2016
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

Dr. Fellipe Bezerra
MÉDICO
CRM-PB 11126

Nº do pedido: _____

NOME:

Bruno Paulo de Silva

10/03/2018

PRESCRIÇÃO MÉDICA

1. DIETA LIVRE *ciente*
2. DIPIRONA 1 COMP V VO 6/6 H *12/18 2106*
3. DICLOFENACO 50MG 1COMP VO 8/8 S/N
4. OMEPRAZOL 40MG 1 COMP VO AO DIA *06*

5. TRAMAL 50mg - 01 COMP, VO, 8/8H SE DOR FORTE

EVOLUÇÃO MÉDICA

PACIENTE EVOLUINDO ESTÁVEL SEM QUEIXAS NO MOMENTO.

EUPNEICO, HIDRATADO, AFEBRIL

CONDUTA: SOLICITO VAGA NA ENFERMARIA.

[Assinatura]
Clara Pereira Geronimo
CRM: 10402





Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity
Secretaria Municipal de Saúde



PACIENTE *Bruno Oliveira de Silva* DATA 18/03/2018

PRESCRIÇÃO MÉDICA

ITENS	MEDICAMENTOS - POSOLOGIA - VIA DE ADMINISTRAÇÃO	HORÁRIOS
1	DIETA LIVRE	
2	JELCO HEPARINIZADO	
3	TRAMADOL 100 MG 01 AMP + 100ML SF0,9% EV 8/8 HORAS (S/N)	
4	DIPIRONA 1 AMP + AD EV 6/6 HORAS	
5	TILATIL 20 MG EV DE 12/12 HORAS (S/N)	
6	OMEPRAZOL 40 MG VO AS 06:00H	
7	NAUSEDRON 8 MG + SF 0,9% 100 ML EV DE 8/8 HORAS SE VÔMITO	
8	CAPOTEN 25 MG VO SE PA > 160 X 100 MMHG	
9	HGT 6/6 HORAS SE PACIENTE DIABÉTICO	
10	INSULINA REGULAR CONFORME ESQUEMA DE HGT SE PACIENTE DIABÉTICO 0 - 180 = 0; 181 - 250 = 2UI; 251 - 300 = 4UI; 301 - 350 = 6UI; 351 - 400 = 8UI; 401 - 450 = 10 UI	
11	OBSERVAR PERFUSÃO PERIFÉRICA DE 6/6H	
12	SSVV + CCGG	
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		

DIAGNÓSTICO

Fx de nível distal D

EVOLUÇÃO
ORTOPÉDICA

Paciente evolui bem, de maneira satisfatória sem queixas álgicas ou intercorrências nas últimas 24 horas

CD: VPM

APL

Dr. Tiago Bruno F. Pereira
Médico
ASSINATURA EM CARIMBO COM CRM

Rua Agente Fiscal Costa da Duarte, S/N, Mangabeira I, João Pessoa - PB
CEP: 58056384. Tel: (83)3214-1980; (83)3218-9725



PACIENTE Benício A. da Silva **DATA** 17/03/2018

PRESCRIÇÃO MÉDICA

ITENS	MEDICAMENTOS - POSOLOGIA - VIA DE ADMINISTRAÇÃO	HORÁRIOS
1	DIETA LIVRE	
2	JELCO HEPARINIZADO	
3	TRAMADOL 100 MG 01 AMP + 100ML SF0,9% EV 8/8 HORAS (S/N)	
4	DIPIRONA 1 AMP + AD EV 6/6 HORAS (S/N)	
5	TILATIL 20 MG EV DE 12/12 HORAS (S/N)	
6	OMEPRAZOL 40 MG VO AS 06:00H	
7	NAUSEDRON 8 MG + SF 0,9% 100 ML EV DE 8/8 HORAS SE VÔMITO	
8	CAPOTEN 25 MG VO SE PA > 160 X 100 MMHG	
9	HGT 6/6 HORAS SE PACIENTE DIABÉTICO	
10	INSULINA REGULAR CONFORME ESQUEMA DE HGT SE PACIENTE DIABÉTICO 0 - 180 = 0; 181 - 250 = 2UI; 251 - 300 = 4UI; 301 - 350 = 6UI; 351 - 400 = 8UI; 401 - 450 = 10 UI	
11	OBSERVAR PERFUSÃO PERIFÉRICA DE 6/6H	
12	SSVV + CCGG	
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		

DIAGNÓSTICO

EVOLUÇÃO ORTOPÉDICA

Paciente evolui bem, de maneira satisfatória sem queixas álgicas ou intercorrências nas últimas 24 horas
CD : VPM

Dr. Valdeir Corvalho Jr.
M.R. em Ortopedia
CRM/PB - 7692

17 MAR. 2018

ASSINATURA E CARIMBO COM CRM



Rua Agente Fiscal Costa da Duarte, S/N, Mangabeira I, João Pessoa - PB
CEP: 58056384. Tel: (83)3214-1980; (83)3218-9725



PRESCRIÇÃO E EVOLUÇÃO MÉDICA DIÁRIA

NOME DO PACIENTE: BENICIO AMARO DA SILVA		DATA: 16/03/2018	
ESPECIALIDADE: ORTOPEDIA	SETOR: HUMERTO NÓBREGA	ENFERMARIA: 15	LEITO: 141
MEDICAMENTO		APRAZAMENTO	OBSERVAÇÃO
1	DIETA GERAL		
2	JELCO HEPARINIZADO		
3	TRAMADOL 100 MG + SF 0.9% 100 ML EV DE 12/12 HORAS (S/N)		
4	DIPIRONA 1 AMPOLA + AD EV DE 6/6 HORAS SE FEBRE OU DOR		
5	TILATIL 20 MG EV DE 12/12 HORAS (S/N)		
6	PARACETAMOL 500 MG VO 6/6 HORAS	1/2	16.34
7	OMEPRAZOL 40 MG EV AS 06:00H	26.34	06
8	NAUSEDRON 8 MG + SF 0.9% 100 ML EV DE 8/8 HORAS SE VÔMITO		
9	CAPOTEN 25 MG VO-SE PA > 160 X 100 MMHG		
10	HGT 6/6 HORAS SE PACIENTE DIABÉTICO		
11	INSULINA REGULAR CONFORME ESQUEMA DE HGT EM DIABÉTICOS 0 - 180 = 0; 181 - 250 = 20U; 251 - 300 = 40U; 301 - 350 = 60U; 351 - 400 = 80U; 401 - 450 = 10 UI		
12	OBSERVAR PERFUSÃO PERIFÉRICA DE 6/6H		
13	SVCG		
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
HIPÓTESE (S) DIAGNÓSTICA(S)		LABORATÓRIO	RISCO CIRÚRGICO
EVOLUÇÃO MÉDICA DIÁRIA		FRATURA DISTAL DO RADIO PACIENTE EM BEG, SEM QUEIXAS ALGICAS, SEM INTERCORRENCIAS NAS ULTIMAS 24HORAS. EM CONDIÇÕES DE PELE CD: VPM, AG PARA TTO CIRURGICO, LIBERADO PARA CIRURGIA	
Assinatura do Médico com Carimbo e CRM		Servidor da Farmácia	Assinatura do Farmacêutico com Carimbo e CRF

Rua Agente Fiscal Costa da Duarte, S/N, Mangabeira I, João Pessoa/PB. CEP: 58056384. Tel: (83)3214-1980; (83)3218-9725



PRESCRIÇÃO E EVOLUÇÃO MÉDICA DIÁRIA



NOME DO PACIENTE: BENICIO AMARO DA SILVA		DATA: 15/03/2018	
ESPECIALIDADE: ORTOPEDIA	SETOR: HUMERTO NÓBREGA	ENFERMARIA: 15	LEITO: 141
MEDICAMENTO		APRAZAMENTO	OBSERVAÇÃO
1	DIETAGERAL		
2	JELCO HEPARINIZADO		
3	TRAMADOL 100 MG + SF 0,9% 100 ML EV DE 12/12 HORAS (S/N)		
4	DIPIRONA 1 AMPOLA + AD EV DE 6/6 HORAS SE FEBRE OU DOR		
5	TILATIL 20 MG EV DE 12/12 HORAS (S/N)		
6	PARACETAMOL 500 MG VO 6/6 HORAS		
7	OMERAZOL 40 MG EV AS 06:00H		
8	NAUSEDRON 8 MG + SF 0,9% 100 ML EV DE 8/8 HORAS SE VÔMITO		
9	CAPOTEN 25 MG VO SE PA > 160 X 100 MMHG		
10	HGT 6/6 HORAS SE PACIENTE DIABÉTICO		
11	INSULINA REGULAR CONFORME ESQUEMA DE HGT EM DIABÉTICOS 0 - 180 = 0; 181 - 250 = 2UI; 251 - 300 = 4UI; 301 - 350 = 6UI; 351 - 400 = 8UI; 401 - 450 = 10 UI		
12	OBSERVAR PERFUSÃO PERIFÉRICA DE 6/6H		
13	SVC		
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
HIPÓTESE (S) DIAGNÓSTICA (S)		FRATURA DISTAL DO RADIO	LABORATÓRIO
EVOLUÇÃO MÉDICA DIÁRIA		PACIENTE EM BEG, SEM QUEIXAS ALGICAS, SEM INTERCORRENCIAS NAS ULTIMAS 24 HORAS. EM CONDIÇÕES DE PELE	RISCO CIRÚRGICO
Assinatura do Médico com Carimbo e CRM		Servidor da Farmácia	Assinatura do Farmacêutico com Carimbo e CRF

De:
Clara Pereira Geronimo
CRM-PB 11507

Rua Agente Fiscal Costa da Duarte, S/N, Mangabeira I, João Pessoa/PB, CEP: 58056384, Tel: (83)3214-1980; (83)3218-9725

Nome: BENICIO AMARO DA SILVA
Nº ficha:
Hora de teste: 15-03-2018 08:41
Tempo am.:

Sexo: Masculino
Depto.: HN 15-151
ID: 0020170005245
Hora entrega:

Idade:
N cama:
Modo: WB

Item de teste	Result.	Unidade	Interv. refer.	
WBC	5.75	10 ³ /uL	4.00 - 10.00	Avisos WBC
Neu#	4.16	10 ³ /uL	2.00 - 7.00	Célula imatura?
Linf#	0.97	10 ³ /uL	0.80 - 4.00	
Mon#	0.48	10 ³ /uL	0.12 - 1.20	
Eos#	0.12	10 ³ /uL	0.02 - 0.50	
Bas#	0.02	10 ³ /uL	0.00 - 0.10	
Neu%	H 72.4	%	50.0 - 70.0	
Lym%	L 16.8	%	20.0 - 40.0	
Mon%	8.3	%	3.0 - 12.0	
Eos%	2.1	%	0.5 - 5.0	
Bas%	0.4	%	0.0 - 1.0	Avisos RBC
RBC	5.17	10 ⁶ /uL	3.50 - 5.50	
HGB	14.5	g/dL	11.0 - 16.0	
HCT	47.5	%	37.0 - 54.0	
MCV	91.9	fL	80.0 - 100.0	
MCH	28.0	pg	27.0 - 34.0	
MCHC	L 30.5	g/dL	32.0 - 36.0	
RDW-CV	12.5	%	11.0 - 16.0	
RDW-SD	43.6	fL	35.0 - 56.0	
PLT	226	10 ³ /uL	150 - 450	Avisos PLT
MPV	8.8	fL	6.5 - 12.0	
PDW	15.8		9.0 - 17.0	
PCT	0.199	%	0.108 - 0.282	
P-LCC	64	10 ³ /uL	30 - 90	
P-LCR	28.5	%	11.0 - 45.0	

DIFF



Wright-Giemsa

Single program: PT

Patient ID: 5245

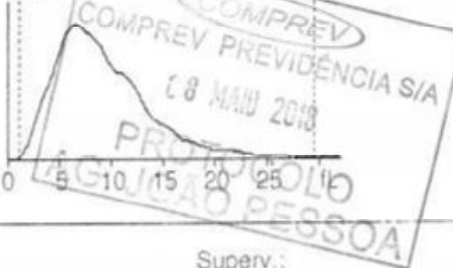
Measured values: 14.1 sec

Result > 100 % INR: 1.00

BASO



PLT



Transm.:

Imprimir: 15-03-2018 08:41

Operad.: 123

Coment.:

Superv.:





LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

NOME: BENICIO AMARO DA SILVA				PRONTUÁRIO Nº	
IDADE: 52	SEXO: M	COR	CLÍNICA: Ortopedia	ENF.: 15	LEITO: 151
DATA DE ADMISSÃO: 09/03/18		DATA DE ALTA: 28/03/18		TEMPO DE PERMANÊNCIA	
DIAGNÓSTICO INICIAL: Fratura do Rádio Distal				CID: S52.5	
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO: O mesmo					
OUTROS DIAGNÓSTICOS					
PRINCIPAIS EXAMES: Rx de punho demonstrando solução de continuidade óssea de rádio distal					
TERAPÊUTICA MEDICAMENTOSA					
ANATOMIA PATOLÓGICA					
INFECÇÃO DE F.O. () SIM (X) NÃO				COLETA DE MATERIAL () SIM () NÃO	
RESULTADO BACTERIOLOGIA					
CONDIÇÕES DE ALTA: (X) MELHORADO () REMOVIDO () A PEDIDO () CURADO ()					
ÓBITO					

RESUMO CLÍNICO (HISTÓRIA, EVOLUÇÃO, TERAPÊUTICA, COMPLICAÇÕES)
Paciente portador(a) de fratura de rádio distal foi submetido(a) a tratamento cirúrgico através de redução cruenta + fixação interna com placa e parafusos e Fio K. Recebe alta em boas condições clínicas e orientações com relação ao uso de medicação antibiótica e analgésica. Retornará ao ambulatório deste serviço para continuidade de tratamento e orientações.

ORIENTAÇÕES PÓS ALTA

DIETA: Livre ou conforme já realizada pelo(a) paciente se diabético, hipertenso, renal crônico, etc...

REPOUSO: Relativo em casa por 15 dias.
Retorno às atividades sem esforço físico em 30 dias.
Retorno às atividades com esforço físico leve em 60 dias e com esforço maior em 90 dias.

CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA: Lavá-la com água e sabão duas vezes ao dia. Não colocar produtos tópicos no lugar. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.

MEDICAÇÕES PARA CASA: antibiótico e aine.

RETORNO: Ao posto de saúde em 21 dias.
Ao ambulatório do Complexo Hospitalar Mangabeira em 07 dias para revisão. (DR. andrea)

28/03/2018

DATA

ASS. MÉDICO / C.R.M

Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





SOLICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE ÓRTESE / PRÓTESE

Nome do Paciente: Genilson Amaro de Silva Idade: 52

☒ Paciente Interno Enfermaria: _____ Leito: _____ Data: ____/____/____

☐ Paciente Externo RG: _____ CPF: _____ Fone: _____

Diagnóstico:

Fratura do rádio distal tipo
Barton volar.

Material Especial:

Cabo 3,5 mm
Placa com 4" 3,5 mm
avulsão

Justificativa Médica da Solicitação do Material:

Dr. Rodrigo Castro do Amaral
Ortopedista / Traumatologista
CRM-PB 4847 SBO 8331

Assinatura e Carimbo

Parecer do Coordenador do Serviço: _____

Assinatura e Carimbo

Parecer da Direção Técnica: _____

Assinatura e Carimbo

1ª Via: Prontuário

2ª Via: Farmácia

3ª Via: Direção Administrativa

Rua Aq. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.



Rio de Janeiro, 26 de Junho de 2018

Carta nº: 13011884

A/C: BENICIO AMARO DA SILVA

Nº Sinistro: 3180250516
Vitima: BENICIO AMARO DA SILVA
Data do Acidente: 09/03/2018
Cobertura: INVALIDEZ

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: BENICIO AMARO DA SILVA

Valor: R\$ 1.687,50

Banco: 104

Agência: 000000037

Conta: 00000146537-0

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	1.687,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um dos punhos 25%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 =	R\$	1.687,50
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01429/01430 - carta_15R - INVALIDEZ

00020715





Poder Judiciário da Paraíba
8ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0838632-55.2018.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc

Defiro o pedido de assistência judiciária.

1. CERTIFIQUE a escrivania a existência de outra ação idêntica a presente, envolvendo as mesmas partes, eventualmente distribuída para vara cível diversa;
2. Caso negativa a certidão, determino a citação da parte ré, com prazo de 15 dias, uma vez que a audiência de conciliação/medição prevista no art. 334, do CPC/2015 mostra-se inoportuna no presente caso.
3. Apresentada contestação, INTIME-SE para impugnar no prazo de 15 dias.

CUMPRA-SE

JOÃO PESSOA, 8 de abril de 2019.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
8ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número do Processo: 0838632-55.2018.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
Polo ativo: AUTOR: BENICIO AMARO DA SILVA
Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico que, em pesquisa aos sistemas STI e PJe, não encontrei outra ação idêntica, entretanto, encontrei uma outra ação DPVAT decorrente de outro acidente, motivo pelo qual passo a citação da promovida. Dou fé.

JOÃO PESSOA, 9 de dezembro de 2019
WEZALY DE MEDEIROS MEIRA





Poder Judiciário da Paraíba
8ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número do Processo: 0838632-55.2018.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
Polo ativo: AUTOR: BENICIO AMARO DA SILVA
Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico que, em pesquisa aos sistemas STI e PJe, não encontrei outra ação idêntica, entretanto, encontrei uma outra ação DPVAT decorrente de outro acidente, motivo pelo qual passo a citação da promovida. Dou fé.

JOÃO PESSOA, 9 de dezembro de 2019
WEZALY DE MEDEIROS MEIRA

